

Sumário

Número de notícias: 25 | Número de veículos: 21

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Amazonas entrega ao governo proposta que prevê exceções para Zona Franca de Manaus3

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Crise entre Legislativo e governo paralisa tramitação de propostas 4

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Montadoras, Petrobras e aviação têm 25% dos benefícios fiscais de importação e IPI5

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Decisão do STJ poderá levar à anulação de multas aduaneiras7

O GLOBO - ON LINE - RJ
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Em Portugal, número 2 da Receita admite debater imposto sobre bens de luxo dos super-ricos9

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Governo oficializa desconto para compra de veículos 10

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
SEGURIDADE SOCIAL

RPPSs tinham R\$ 60 mi na Infinity 13

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SERVIDOR PÚBLICO

Inflação menor, alta do mínimo e benefícios puxam renda em 202315

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lula já admite mudanças pontuais na Esplanada e recebe Lira no Alvorada 17

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA
POLÍTICA

Lula recebe Lira no Alvorada após operação da PF e crise na articulação 19

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária não pode fracassar (Editorial)21

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Relatório da reforma tributária trará IVA dual 22

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lira promete pautar tributária ainda neste semestre24

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Proposta tributária prevê quatro alíquotas de IVA 25

Terça-Feira, 6 de Junho de 2023

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Do jeito que está, a reforma não vai passar" 26

ZERO HORA - PORTO ALEGRE - RS - OPINIÃO DO LEITOR
REFORMA TRIBUTÁRIA

Preocupações cooperativistas na reforma tributária (Artigo) 28

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

IPVA para donos de lanchas e iates 29

O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Apresentado o relatório da reforma tributária (Artigo) 31

O GLOBO - ON LINE - RJ
REFORMA TRIBUTÁRIA

**Reforma tributária: relator deve apresentar texto hoje. Veja o que deve entrar na proposta
. 32**

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

FCDF desacelera Arcabouço 34

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

PEC da Desfaçatez (Editorial) 36

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Bolsa sobe apoiada pelo petróleo; dólar recua para R\$ 4,93 37

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Mercado passa a ver corte maior dos juros em setembro 39

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Educação também é gasto. (Editorial) 41

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Tecnologia e a inescapável agenda de qualificação das pessoas (Artigo) 42

Amazonas entrega ao governo proposta que prevê exceções para Zona Franca de Manaus

Eduardo Cucolo

SÃO PAULO O Amazonas entregou ao governo federal proposta que prevê exceções na **reforma tributária** para manter a competitividade da Zona Franca de Manaus, fomentar atividades ligadas à bioeconomia e turismo e preservar a arrecadação do estado.

À Folha o secretário de Fazenda do Amazonas, Alex dei Giglio, diz que as propostas em discussão no Congresso preveem tratamento diferen-

ciado para a região, mas não dizem qual será o modelo. Para ele, só é possível apoiar a reforma se essas garantias forem colocadas de forma explícita na Constituição.

O Ministério da Fazenda ainda está fazendo cálculos sobre a proposta do estado. A paralisação da **Receita Federal** atrasou a conclusão da análise.

A reforma prevê acabar com cinco **tributos** sobre o consumo que geram benefícios para a região e deve criar três no -vos **impostos**.

Um primeiro ponto para o estado é garantir a competitividade do Polo Industrial de Manaus, com benefício tributário que compense custos logísticos e de produção em um local distante dos principais mercados consumidores.

O Amazonas propôs isenção para as empresas locais do novo tributo federal sobre o consumo, para compensar os atuais benefícios federais de PIS/Cofins e parte dos estaduais de ICMS. Outra parte do ICMS seria compensada

via crédito presumido aplicado ao novo imposto estadual--municipal sobre consumo.

Restaria resolvera questão do IPI (Imposto sobre Produtos Industriais). A sugestão do é usar outro tributo criado pela reforma, o Imposto Seletivo, para taxar cerca de 400 itens que representam a maior parte da produção local. Os produtos desta lista só pagariam esse imposto quando importados ou produzidos em outras regiões do Brasil.

Hoje, por causa do IPI mais

alto em outros locais, Manaus concentra 98% da produção de motocicletas e quase toda a de produtos como televisores e aparelhos de ar-condicionado, entre outros itens.

A segunda demanda é um fundo específico de desenvolvimento regional para que o Amazonas possa criar outras matrizes de desenvolvimento e garantir a preservação da região após o fim dos benefícios para o polo industrial, previstos para acabar em 2073.

A terceira preocupação é com o fim da tributação no local da produção e sua transferência para o local de consumo do produto (princípio do destino dos novos **impostos**). O Amazonas defende um momento delo híbrido para que parte do imposto cobrado no destino volte para os cofres do estado.

Para o secretário, isso garantiria que o estado continue a ter recursos para preservar a floresta em benefício também das outras regiões do país.

"Tudo isso já foi apresentado ao governo federal, mas eles ainda não trouxeram a resposta. Se tudo isso estiver mais ou menos acordado, o estado do Amazonas se sentiria contemplado na reforma", afirma o secretário.

De acordo com Giglio, é possível criar um modelo de exceção para a região sem desvirtuar os princípios da **reforma tributária**.

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50299&anchor=6478437&maxTouch=0&_ga=2.232422105.715544841.1685934512-1980247189.1672582619&_mather=757bf67604fe4aa8&pd=ce36d7f9abdd92b499ea7f461de03d6d

Crise entre Legislativo e governo paralisa tramitação de propostas

Três em cada quatro projetos de lei enviados pelo governo Lula (PT) para a Câmara dos Deputados estão parados e sequer começaram a ser debatidos. Levantamento do Valor mostra que, dos 12 encaminhados, apenas três foram aprovados e os outros nove aguardam despacho do presidente Arthur Lira (PP-AL).

A conta já desconsidera outros três projetos enviados na sexta-feira à noite e sobre os quais a área técnica da Câmara ainda não teve tempo de analisar o rito adequado. A paralisação ocorre em meio à falta de maioria do governo no Congresso e insatisfações de Lira e dos deputados com o Executivo que quase derrubaram a medida provisória (MP) que reestruturou os ministérios.

Os projetos travados envolvem, inclusive, a agenda econômica, que supostamente estaria "blindada" das pressões políticas por causa do perfil mais liberal do Congresso. São medidas para baratear o crédito, mudanças no setor de seguros e novas regras para os julgamentos de litígios.

Os únicos projetos aprovados pela Câmara até agora foram o novo marco fiscal, a "licença-maternidade" para o Bolsa Atleta e a equiparação salarial entre homens e mulheres com a mesma função nas empresas. Esses dois últimos tramitaram com urgência a pedido do governo, o que faz com que tranquem a pauta se não forem analisados após 45 dias.

Parte dos projetos parados na Câmara está nessa situação. O governo enviou a proposta em regime de urgência, o que faz com que possa ser votada direto no plenário após 45 dias, com um relator indicado pelo presidente da Casa. A Secretaria Geral da Mesa (SGM) optou por não remetê-los para as comissões para evitar conflitos (como um relator numa comissão discordar do relator no plenário e causar dificuldades).

Há quatro projetos do Executivo com urgência e três podem ser considerados, de fato, parados porque não tiveram relator oficializado para que possa iniciar os debates com o governo, os deputados e a sociedade em tomo do texto. A partir da próxima semana (clia 14), as propostas para mudar as regras para que a Receita declare a perda de mercadorias e veículos e para permitir o uso da previdência privada como

garantia de empréstimos entrarão em pauta e até agora não foram discutidas.

Na semana seguinte, será a vez do PL do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**. A medida provisória (MP) sobre o tema perdeu validade sexta-feira e o texto que a substituiu segue sem relator. Dos quatro projetos com urgência, o único com relator por enquanto é o que cria as escolas de tempo integral, que terá na função o ministro da Educação Mendonça Filho (União-PE), de oposição.

Outras propostas do governo ainda aguardam despacho do presidente da Câmara sobre por quais comissões vão tramitar, como a política de valorização do salário mínimo e mudanças na emissão de debêntures. Segundo a SGM, não foram enviados para as comissões debaterem porque indicação, no colégio de líderes partidários, de que haveria intenção de aprovar requerimento de urgência para esses projetos no plenário. Lira justificou ao Valor que concentrou os esforços na discussão do arcabouço e que não teve como analisar os demais projetos. (RDC)

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50299&maxTouch=0&anchor=6478437&pd=ce36d7f9abd92b499ea7f461de03d6d>

Montadoras, Petrobras e aviação têm 25% dos benefícios fiscais de importação e IPI

Eduardo Cucolo

SÃO PAULO Petrobras, montadoras de veículos e empresas do setor de aviação respondem por 25% dos benefícios fiscais de Imposto de Importação, PIS/Cofins-Importação e IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), com uma renúncia de R\$ 58 bilhões referente ao ano de 2021.

O dado faz parte de duas novas listas de incentivos, renúncias, benefícios e imunidades de natureza tributária divulgadas pela **Receita Federal**, que tratam especificamente desses **tributos**.

A abertura dos números e identificação dos beneficiados é uma demanda do ministro Fernando Haddad (Fazenda), que defendeu expor a "caixa-preta" de benefícios fiscais, se referindo a "quase R\$ 600 bilhões que a União perde em nome de meia dúzia que fazem lobby no Congresso e no Judiciário, ilegítimos."

A **reforma tributária** em discussão no Congresso prevê o fim do PIS/Cofins e do IPI.

A Folha listou 30 empresas com os maiores benefícios na soma das duas listas e que respondem por 52% de um total de R\$ 165 bilhões em renúncias. São 24 mil benefícios listados, sendo que uma empresa ou instituição pode estar enquadrada em mais de um.

No setor privado, destacam-se companhias do setor de aviação - como TAM, Gol, Azul, GE e Embraer-, da área de petróleo e gás, montadoras de veículos, fabricantes de insumos agrícolas e industriais para o agronegócio

e empresas de eletroeletrônicos que estão na Zona Franca de Manaus.

Também há órgãos da administração pública em várias esferas de governo, com destaque para Ministério da Saúde, Fundação Oswaldo Cruz e Fundação Butantan, com isenções na área da saúde.

Até o Ministério da Fazenda está na lista, com um benefício modesto de R\$ 6,3 milhões de PIS/Cofins-Importação naquele ano. Na época, a pasta havia sido incorporada ao Ministério da Economia.

Desde maio, a Receita realizou a divulgação de cinco listas de benefícios. Uma delas é a relação daqueles declarados pelas empresas com valores que somam R\$ 50 bilhões para IRPJ/CSLL (**tributos** sobre o lucro das empresas).

Foram publicadas também as relações de empresas imunes ou isentas dos mesmos **tributos** -com cerca de 260 mil CNPJs de entidades **sem fins** lucrativos, religiosas e de previdência privada fechada- e de cerca de 23 mil companhias inscritas em 14 Regimes Especiais de Tributação. Nesses casos, não foram apresentados os valores das renúncias individualmente.

Juntos, os dados divulgados nas três listas que contêm números somam R\$ 215 bilhões. Isso representa cerca de 70% do gasto tributário estimado para 2021.

A **Receita Federal** afirma que a divulgação atende a demandas da sociedade e de órgãos de controle externo, propiciando maior transparência ao Sistema Tributário Nacional.

"No caso específico dos benefícios fiscais, a transparência permite à sociedade identificar os contribuintes que recebem tratamento tributário diferenciado, propiciando um ambiente de maior confiança entre contribuinte e administração tributária."

Tecnicamente denominadas de gastos tributários, essas isenções representam uma perda estimada de R\$ 456 bilhões para a União neste ano e devem chegar a R\$ 486 bilhões no ano que vem.

Os setores de comércio e serviços, saúde e agricultura ficam com mais de 50% do gasto tributário federal, conforme apresentado no mapa de gastos tributários elaborado pela Folha com base em dados da Receita.

R\$456 bilhões é a perda da União estimada com os chamados gastos tributários em 2023

R\$486 bilhões é a perda prevista para 2024

Maiores benefícios fiscais com IPI e **tributos** sobre importação*

Em R\$ bilhões (2021)

*Imposto de Importação e PIS/Cofins-Importação
Fonte: **Receita Federal**

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50299&anchor=6478437&maxTouch=0&_ga=2.232422105.715544841.1685934512-1980247189.1672582619&_mather=757bf67604fe4aa8&pd=ce36d7f9abdd92b499ea7f461de03d6d

Decisão do STJ poderá levar à anulação de multas aduaneiras

Joice Bacelo De São Paulo

Decisão inédita do Superior Tribunal de Justiça (STJ), proferida pela 1ª Turma, pode abrir porta para a anulação de uma série de multas aduaneiras que foram aplicadas pela **Receita Federal** a empresas de comércio exterior. Os ministros trataram sobre o prazo dos processos que discutem essas cobranças na esfera administrativa.

Ficou definido que, nesses casos, aplica-se a chamada "prescrição intercorrente".

Significa que os processos não podem ficar parados na delegacia de julgamento da **Receita Federal** (DRJ) ou no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais** (**Carf**) por tempo indeterminado.

Se passar três anos sem qualquer movimentação, o processo tem de ser arquivado e a penalidade anulada.

Esse entendimento muda a forma como as coisas acontecem atualmente.

A DRJ e o **Carf** entendem que não se aplica prescrição intercorrente ao processo administrativo fiscal.

Essa questão é objeto, inclusive, de súmula no Conselho - a de nº 11.

Sendo assim, pode demorar o tempo que for e o processo continua ativo. A regra vale para qualquer cobrança aplicada pela **Receita Federal** que esteja sendo discutida administrativamente.

O que o STJ está dizendo agora, no entanto, é que somente cobranças tributárias estão sujeitas a essa regra e nem todas as multas aduaneiras têm natureza tributária.

Multas aplicadas para controle da fiscalização - que não têm relação direta com pagamento de tributo - devem ser consideradas administrativas e sendo matéria dessa natureza existe prescrição intercorrente, conforme prevê a Lei nº 9.873, de 1999.

"As operações de comércio exterior estão sujeitas ao controle das autoridades não apenas em relação aos

tributos que incidem na importação e na exportação, mas também em relação à regular entrada, saída, movimentação e armazenagem de bens, bagagens e remessas postais", afirma João Cláudio Leal, do escritório SGMP Advogados.

No caso analisado pela 1ª Turma, a Société Air France, empresa de transporte aéreo, foi multada por registrar, fora do prazo, o embarque de mercadorias para o exterior. A obrigação está prevista na Instrução Normativa nº 28, de 1994.

As cobranças foram validadas em processos administrativos e a empresa recorreu, então, à Justiça. Defendeu se tratar de questão **aduaneira** - não tributária - e, nesse caso, deveria ter sido aplicada a prescrição intercorrente porque se passaram DIVULGAÇÃO mais de três anos entre a apresentação de sua defesa administrativa e a decisão da autoridade competente.

Venceu em primeira e segunda instâncias e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) recorreu ao STJ. O julgamento foi realizado, na 1ª Turma, no mês de maio (REsp 1999532).

O argumento do Fisco aos ministros foi que o dever de prestar informações às autoridades aduaneiras auxilia a fiscalização e a arrecadação do imposto de exportação. Por esse motivo, então, as multas por descumprimento dessa obrigação teriam natureza tributária.

Relatora do caso na 1ª Turma, a ministra Regina Helena Costa destaca em seu voto, no entanto, que o recolhimento do imposto ocorre em momento anterior ao da obrigação dos transportadores de registrar a mercadoria que está sendo enviada para fora do país no Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex).

Não haveria, nesse caso, portanto, relação direta com o tributo.

"Ainda que as informações a serem apresentadas pela empresa transportadora possa auxiliar, reflexamente, a fiscalização do imposto de exportação, somente se empresta caris tributária às obrigações que repercutem de maneira direta na fiscalização e na arrecadação das exigências fiscais", diz.

O entendimento foi acompanhado por todos os demais ministros que participaram do julgamento.

A decisão da 1ª Turma é importante por ser a primeira do STJ sobre o tema. Não tem efeito vinculante, mas pode ser usada como precedente para a primeira e a segunda instâncias do Judiciário - o que favorece os contribuintes.

Advogados ouvidos pelo Valor dizem que é muito comum os processos ficarem parados, à espera de julgamento, por mais de três anos.

Citam entre cinco e oito anos de demora na esfera administrativa.

Por isso, há previsão de que uma série de multas aduaneiras que foram aplicadas pela **Receita Federal** e estão nesse "limbo" possa ser anulada na Justiça.

"A chance de os pedidos dos contribuintes não serem procedentes no Judiciário é mínima a partir de agora. O entendimento, ainda que de turma, faz referência à tese fixada sob o rito dos recursos repetitivos", diz Paulo Ricardo Stipsky, do Di Ciero Advogados, que atuou para a Société Air France.

Ele se refere ao tema 328, julgado pela 1ª Seção do STJ no ano de 2010.

Os ministros firmaram orientação a ser seguida por todo o Judiciário no sentido de existir prescrição intercorrente para a conclusão de processo administrativo instaurado para se apurar infrações administrativas.

Para Stipsky, o ideal seria que o próprio **Carf** revisasse a aplicação da Súmula 11 para as questões aduaneiras. "Evitaria que a DRJ, o **Carf** e o Judiciário ficassem sobrecarregados com essa matéria." Esse tema foi motivo de enorme desentendimento no **Carf** em 2021. A 1ª Turma da 4ª Câmara da 3ª Seção tinha em mesa um caso sobre multa **aduaneira**. Três conselheiros, representantes de contribuintes, votaram por não aplicar a Súmula 11 por entender que a norma só abrangia questões tributárias - não administrativas.

O presidente da turma na época, representante do Fisco, não gostou do que ouviu e ameaçou fazer uma representação contra os conselheiros que votassem por não aplicar a súmula.

Houve reação instantânea. Conselheiros de contribuintes se sentiram coagidos e entidades ligadas à advocacia tributária emitiram nota repudiando a conduta do presidente - que renunciou ao cargo.

"O caso analisado no STJ é rigorosamente idêntico ao que esteve em julgamento no **Carf** em 2021 e o STJ está dizendo agora que se aplica, sim, a prescrição intercorrente", compara o advogado Giuseppe Pecorari Melotti, do escritório Bichara.

Para isso, no entanto, acrescenta, o passo primordial é conferir a natureza da multa aplicada no contexto da operação de comércio exterior. "Se puramente fiscal, não se aplica a prescrição intercorrente, mas se relacionada ao controle aduaneiro, aplica-se", diz.

A advogada Maria Andréia dos Santos, do Machado Associados, complementa que a decisão do STJ deve impactar a atuação das autoridades aduaneiras. "Os cenários atuais, marcados por elevadíssima demora na análise desses processos, deverá ser substituído por uma maior celeridade. Essa decisão é, sem dúvida, um marco."

"A chance de os pedidos não serem procedentes no Judiciário é mínima a partir de agora" Paulo Stipsky

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE

Decisão do STJ poderá levar à anulação de multas aduaneiras

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187568>

Em Portugal, número 2 da Receita admite debater imposto sobre bens de luxo dos super-ricos

Por Gian Amato

Ex-presidente do Conselho de Administração de Recursos Fiscais (**CARF**) e atual número 2 da **Receita Federal**, a subsecretária-geral Adriana Gomes Rêgo participa em Portugal do 7º Congresso Luso-Brasileiro **Impostos 2030**.

Questionada se concorda que há casos específicos que precisam ser tributados no Brasil, como o capital acumulado e bens de luxo (dos super-ricos), ela respondeu:

- A proposta de **reforma tributária** sobre a renda e o patrimônio está prevista para o segundo trimestre, quando este tema possivelmente deve ser discutido - disse ela, antes da abertura do seminário de três dias que acontece na cidade de Gaia, vizinha ao Porto, com 156 auditores fiscais brasileiros.

A apresentação do relatório sobre a **reforma tributária** à Câmara dos Deputados está programada para hoje, com a criação de três novos **impostos**. Um deles, o Imposto sobre Valor Agregado (IVA), é inspirado na tributação que existe em grande parte da Europa, incluindo Portugal.

No entanto, a criação de um imposto sobre os bens de luxo dos super-ricos patina no Brasil e na Europa. Também participante do encontro internacional, Nuno Barroso, presidente da Associação Sindical dos Profissionais da Inspeção Tributária e **Aduaneira** (APIT), explicou:

- Nós não nos esquecemos que a tributação de riqueza é um tema debatido em todo mundo, mas com poucas soluções positivas. As experiências na Europa sobre esta questão não têm tido resultados muito positivos, mas há realidades que nós temos que tributar e que não estão a ser, sobretudo no Brasil - afirmou, completando:

- Aquilo a que me refiro como realidades que não são tributadas, no Brasil, é tudo que podemos falar sobre capital acumulado, em bens imóveis, que são colocados em trusts ou em fundo fechados, que acabam por ser compartilhados em regiões de menor

tributação, sobretudo em paraísos fiscais. E alguns bens móveis, como barcos e aviões, que têm tributação baixa ou quase inexistente na maior parte dos estados brasileiros.

Antes de a reforma chegar a um concreto imposto específico estes casos, o auditor português sugere uma verificação do que já está sendo tributado, o que é um desafio.

- Quando falamos em tributar os super-ricos, temos que começar a ver quais são as realidades que não são tributadas antes de criar novos **impostos**. Aí, sim, podemos pensar em um imposto para os super-ricos - disse Barroso

No congresso, que vai até amanhã, Rêgo diz que pretende apresentar os desafios que a **reforma tributária** deverá enfrentar no Brasil.

- Fazendo um diagnóstico do modelo atual de tributação sobre o consumo brasileiro até se chegar ao que se pretende alcançar com essa reforma. Além disso, apresentar o que se vem discutindo em torno da tributação sobre a renda e de perspectivas da tributação até 2030, em um aspecto internacional - afirmou Rêgo.

Site: <https://oglobo.globo.com/blogs/portugal-giro/post/2023/06/em-portugal-numero-2-da-receita-admite-debater-imposto-sobre-bens-de-luxo-dos-super-ricos.ghtml>

Governo oficializa desconto para compra de veículos

Marcílio de Moraes

Onze dias após anunciar a criação de um programa para incentivar a compra de carros, o governo federal formalizou ontem o lançamento da política com alcance mais amplo e confirmou a retomada parcial da tributação sobre o diesel para compensar a renúncia fiscal. A alíquota sobre o combustível, que ficaria zerada até 31 de dezembro de 2023, vai subir a R\$ 0,11 a partir de setembro, após a chamada noventena - antecedência de 90 dias exigida para aplicar um aumento de **tributos**.

A medida deve render aproximadamente R\$ 3 bilhões em novas receitas neste ano. Elas serão usadas para compensar o custo de R\$ 1,5 bilhão do programa de incentivo às montadoras. Para o consumidor, o efeito será um desconto entre R\$ 2.000 e R\$ 8.000 no valor de aquisição dos automóveis. Quanto menor for o preço do veículo, maior tende a ser o abatimento. Os modelos mais baratos, que hoje custam cerca de R\$ 70 mil, devem ter o desconto maior, de R\$ 8.000 (11,6%). Já um modelo que custe R\$ 120 mil deve ter o menor benefício (R\$ 2.000, ou 1,6%). O programa deve durar até quatro meses.

Inicialmente, o foco da política eram os carros de até R\$ 120 mil, mas nos últimos dias o governo decidiu contemplar também caminhões e ônibus. "Entendemos que é uma medida transitória, apenas quatro meses, até que caia a taxa de juros" disse o vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB), que também é ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. A formulação de um programa para fomentar a compra de automóveis foi anunciada pela primeira vez em 25 de maio por Alckmin. Na ocasião, porém, o programa ainda não estava totalmente fechado - como consequência, as vendas desabaram à espera dos descontos.

Num primeiro momento, a pasta de Alckmin informou que a redução nos preços finais ficaria entre 1,5% e 10,96%. Após conversas com o Ministério da Fazenda, porém, o programa foi redesenhado, e a desoneração direta de **tributos** deu lugar a um novo modelo. O governo vai conceder um crédito tributário às montadoras que venderem os veículos com descontos aos consumidores. Sob esse desenho, o consumidor terá uma redução no preço, e o valor do desconto aplicado será convertido em crédito para a indústria

automobilística usar, em um segundo momento, para abater **tributos** devidos à União.

O desconto entre R\$ 2.000 e R\$ 8.000 no valor de aquisição dos automóveis, segundo Alckmin, representa entre 1,6%, e 11,6% nos valores atuais. "O desconto será em dinheiro. O mínimo será de 1,6%, o máximo será de 11,6%. O menor desconto será de R\$ 2 mil e o maior desconto até R\$ 8 mil", detalhou Alckmin. Os benefícios serão concedidos até os limites de R\$ 500 milhões para carros, R\$ 300 milhões para ônibus e R\$ 700 milhões para caminhões. As cifras funcionarão como uma espécie de trava: quando os créditos atingirem esse montante, o incentivo do governo será encerrado. Veículo com menor preço terá abatimento maior. Os modelos mais baratos, vendidos por cerca de R\$ 70 mil, devem ter desconto maior, de R\$ 8.000 (11,6%). E um modelo que custe R\$ 120 mil deve ter o menor benefício (R\$ 2.000, ou 1,6%). No caso dos carros, os descontos serão concedidos com base no cumprimento de três critérios: social (preço mais baixo), ambiental (carros que poluem menos) e densidade industrial (predominância do modelo na indústria brasileira).

Ao todo, 20 marcas foram incluídas no programa.

No caso dos caminhões, o desconto poderá ser de R\$ 33,6 mil a R\$ 99,5 mil, mas estará condicionado ao descarte de outro caminhão com mais de 20 anos de uso. O mesmo limite deve ser aplicado aos ônibus. O desconto varia conforme o tamanho do veículo. Micro-ônibus (vans) e pequenos caminhões receberão desconto de R\$ 36,6 mil. Os ônibus de tamanho normal e grandes caminhões terão redução de R\$ 99,4 mil. O grau de poluição do veículo também será considerado. Para obter o desconto sobre o caminhão e o ônibus, o motorista precisa se desfazer do veículo licenciado com mais de 20 anos de fabricação e enviá-lo para reciclagem. O comprador precisará apresentar um documento para comprovar a destinação do veículo antigo para o desmonte.

Segundo Geraldo Alckmin, a inclusão dos ônibus e caminhões no programa foi um pedido da Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea). Isso porque uma exigência do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) para a modernização de motores de caminhões e ônibus encareceu esses veículos em 15% em 2023. Alckmin

explicou que os descontos serão transitórios. Durarão quatro meses, "até que se caia a taxa de juros". O ministro Fernando Haddad complementou que o programa poderá acabar mais cedo caso a demanda seja mais alta que o previsto e o crédito tributário de R\$ 1,5 bilhão para custear o programa se esgote antes do prazo.

CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

O programa para a renovação da frota será custeado por meio de créditos tributários, descontos concedidos pelo governo aos fabricantes no pagamento de **tributos** futuros. Em troca, a indústria automotiva comprometeu-se a repassar a diferença ao consumidor.

Para compensar a perda de arrecadação do governo federal, o ministro Fernando Haddad confirmou que o Executivo pretende reverter parcialmente a desoneração sobre o diesel que vigoraria até o fim do ano. Dos R\$ 0,35 de Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da **Seguridade Social** (Cofins) atualmente zerados, R\$ 0,11 serão reonerados em setembro, depois da noventena, prazo de 90 dias determinado pela Constituição para o aumento de contribuições federais. Segundo o ministro da Fazenda, a reoneração parcial em 2023 ajudará o governo federal a diminuir as pressões sobre a **inflação** em 2024.

ANÁLISE DA NOTÍCIA

Bom para o bolso e para o ambiente

Poucas horas depois de a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, mostrar força ao afirmar, no Palácio do Planalto, que o conceito de preservação ambiental é transversal no governo e minimizar o esvaziamento da pasta promovido pelo Congresso, o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Geraldo Alckmin, e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciaram o programa para reduzir o valor dos carros populares com a inclusão de ônibus e caminhões, que não estavam na proposta anterior. Com isso, o governo anunciou descontos de R\$ 2 mil a R\$ 8 mil para veículos de passeio e de R\$ 36,6 mil a R\$ 99,4 mil para ônibus e caminhões. Mas, mais do que o desconto, a medida anunciada no Dia do Meio Ambiente carrega o componente ambiental como base para a obtenção do desconto maior nos carros (o que polui menos) e sobretudo no caso de ônibus e caminhões, com os descontos atrelados à renovação da frota, com a retirada de veículos com mais de 20 anos de uso.

Veículos de transporte coletivo e de carga com essa idade são os que mais contribuem para a poluição

atmosférica nos grandes centros e ao serem encaminhados para a reciclagem serão substituídos por modelos menos poluentes. O comprador, para obter o desconto, precisará apresentar o comprovante da destinação do veículo mais velho, para que efetivamente a retirada de circulação ocorra. De forma inteligente, o governo estimula o mercado de veículos leves, e também dos coletivos e de carga, não apenas considerando o aspecto econômico de permitir aumento da produção e da circulação de dinheiro na economia, mas também a necessidade de cumprimento de metas estabelecidas pelo Acordo de Paris para redução da emissão de gases do efeito estufa até 2030.

MP para o Programa Desenrola

Em elaboração desde o início do ano para aliviar a inadimplência de pessoas endividadas, o Programa Desenrola, do governo federal, terá medida provisória publicada ainda esta semana, informou ontem o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Segundo ele, a MP será editada agora para permitir a entrada em vigor do programa em julho. O programa de renegociação de pequenas dívidas, explicou Haddad, será limitado a famílias que ganhem até dois salários mínimos e estejam devendo até R\$ 5 mil. Deverá beneficiar cerca de 30 milhões de pessoas.

Segundo o ministro, o Desenrola levará cerca de um mês para entrar em vigor por causa de burocracias. Nos últimos meses, o lançamento do programa foi adiado sucessivas vezes porque a B3, a bolsa de valores brasileira, estava elaborando o sistema informático para os credores aderirem às renegociações. "Tem uma série de providências burocráticas a serem tomadas até abertura do sistema dos credores", justificou o ministro.

Apesar de o programa estar atrelado à vontade das empresas credoras, o ministro se disse otimista em relação ao Desenrola. "O programa depende da adesão dos credores, uma vez que a dívida é privada. Mas nós entendemos que muitos credores quererão participar do programa dando bons descontos justamente em virtude da liquidez que vão obter, porque vai ter garantia do Tesouro [Nacional]", comentou Haddad.

Em troca de participar da negociação, a empresa credora terá garantia do Tesouro caso o devedor não consiga honrar os compromissos. Para Haddad, o fato de o Tesouro cobrir eventuais calotes incentivará os credores a oferecerem o máximo de desconto possível aos devedores. "O programa funcionará como um leilão. A ideia é que o credor dê o maior desconto possível, porque ele tem um estímulo para isso [a garantia do Tesouro Nacional]", explicou o ministro.

Haddad informou ainda que bancos oficiais, como o Banco do Brasil, participarão do programa. Ele disse que a instituição financeira considerou positiva a modelagem do Desenrola e estimou que o programa terá sucesso. O ministro afirmou que bancos privados também estão interessados em aderir ao Desenrola.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/06/06/2023/p1>

RPPSs tinham R\$ 60 mi na Infinity

Adriana Cotias e Marcelo d'Agosto De São Paulo

Entre os investidores nos problemáticos fundos da gestora Infinity Asset Management estão 14 institutos de previdência pública de Estados e municípios - conhecidos pela sigla RPPS (de regimes próprios de **previdência social**) - que correm o risco de perder cerca de R\$ 60 milhões do patrimônio de participantes dos planos que administram.

Os dados foram reunidos pela consultoria Inside Pensions, que possui um sistema especializado em monitorar as carteiras das entidades do setor.

Agora, junto com cerca de 30 cooperativas de planos de saúde da Unimed, que investiram R\$ 165 milhões, e aproximadamente 6 mil pessoas físicas, que compraram as cotas dos fundos da gestora por meios das plataformas de investimento, o grupo de cotistas precisa decidir o que fazer com os recursos que estão bloqueados desde fevereiro, quando as carteiras foram fechadas para resgates. No total, o prejuízo pode ultrapassar R\$ 500 milhões.

A previsão era que os fundos seriam reabertos em 17 de maio, depois de um plano de ação elaborado pela Vanquish Asset Management, que assumiu a gestão das carteiras em abril. Formada por antigos profissionais da Infinity, a proposta da Vanquish previa a liberação dos recursos dos investidores após um período de carência de 75 dias para liquidar as posições ilíquidas do fundo, especialmente um derivativo chamado de "box PU" pela gestora original.

Na data da liquidação, uma contraparte desconhecida pelos investidores não honrou a obrigação e os fundos foram fechados novamente para resgates. A RJI Corretora, administradora das carteiras, marcou uma provisão de 100% referente às estratégias com opções flexíveis, trazendo perda de até 85% para os cotistas. Agora, gestoras especializadas em recuperação de fundos em "default" manifestam interesse em assumir a gestão visando a liquidação dos ativos.

Como a baixa foi total, qualquer dinheiro recebido traz remuneração gorda por performance. As propostas vão ser avaliadas em assembleia marcada para amanhã.

Uma delas é a da Veritas Capital Management, asset que descreve reunir R\$ 4,2 bilhões e que, entre outras estratégias, atua na recuperação de recursos para federações, fundos de pensão e RPPS.

Desde 2017, contabiliza R\$ 908,9 milhões em valores recuperados.

Foi uma das prestadoras de serviços para o Postalís, o fundo de pensão dos funcionários dos Correios, que amargaram prejuízos com operações malsucedidas.

"O propósito da entrada seria a avaliação dos eventuais problemas, colocar o enquadramento regulatório adequado para buscar a possibilidade de recuperação dos ativos e estabelecer um plano de ação possível de executar e que dê toda transparência para o cotista", diz Rodrigo Moratelli, sócio-fundador da Veritas. "Essa é uma das nossas atividades, a gestora foi a que mais recuperou ativos em mercados em default." Pela proposta, a taxa de gestão seria de 0,5% do patrimônio, com performance de 8% do valor recuperado de um a 36 meses; de 7% entre 37 e 72 meses, e de 6% a partir do 73o mês.

A outra é a Arena Capital, casa que existe há uma década e no ranking da Anbima aparece com R\$ 5,4 milhões, e que tem feito recuperação de créditos em RPPS problemáticos. No total, representantes da asset dizem administrar cerca de R\$ 1,5 bilhão. A gestora também propõe cobrar 0,5%, com uma remuneração mensal mínima de R\$ 4 mil, e uma taxa de sucesso de 8% sobre o valor recuperado de cada ativo.

Segundo Rachel Szclo, diretora de compliance e risco, a Arena identificou um nicho que estava "largado" nos fundos que ficam ilíquidos por algum tipo de problema.

"A gente percebeu que têm cotistas grandes, com valores altíssimos, que não querem falar em dois, três anos, querem correr atrás hoje", diz. Se a troca de gestão for aprovada, ela diz que a proposta "é firme", não estaria sujeita a certas condições, nem tampouco a uma mudança de administrador. Na bagagem, a executiva diz que a gestora tem atuado na recuperação de ativos de um fundo ligado à rede de restaurantes Porcão, que entrou em falência.

Mauricio Pedrosa, gestor da Arena, diz que a estratégia de sintetizar uma taxa de juros com quatro pontas de opções, como parece ser o caso dos fundos vindos da Infinity, como o Vanquish Pipa - novo nome do Select -, seria justificável se fosse uma parcela pequena da carteira, para não ter descasamento de ativos e passivos. "Um sintoma ruim de que pode ter ocorrido algo é a relevância da operação no fundo,

com 89%, além de indicações de que a contraparte pode se confundir com quem toca o fundo lá em cima." O gestor acrescenta que o fato de ser uma estrutura de balcão [negociada entre as partes e fora do ambiente de bolsa], sem garantia, agrava o problema do cotista.

"Quando tem uma operação de crédito, tem que proteger a carteira desse risco." Ou seja, teria que haver uma linha para cobrir o descasamento de prazos.

No encontro desta quarta-feira, a Vanquish pretende detalhar o plano de ação para reaver o dinheiro dos investidores. A proposta inclui o adiamento do prazo de pagamento por nove meses e a contratação de uma operação internacional de SBLC ("Stand by letter of credit"), que terá seu envio efetuado pelo banco emissor, com registro junto ao Banco Central por meio de um registro declaratório de operações financeiras.

A RJI alertou que o plano traz "a necessidade de informações adicionais, tais como banco emissor, condições gerais, compatibilidade com o valor da transação". Em resposta, a Vanquish escreveu que a validade de uma SBLC independe do país de origem do banco emissor da garantia, não sendo necessário que fosse emitida por banco com sede no Brasil. "Esse instrumento é largamente utilizado no mercado internacional e é regulado por disposições da Câmara de Comércio Internacional, utilizando sistema de mensageria (Swift) entre o banco emissor e o banco indicado pelo beneficiário da garantia (que nesse caso é o devedor das operações inadimplidas)." As operações com derivativos vinham sendo encaradas com ressalva nos pareceres dos auditores dos fundos da Infinity desde 2020 ao menos. E foram objeto de investigação na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que rejeitou em janeiro de 2021 termo de compromisso proposto por administradores da gestora. Há um processo sancionador previsto para ser julgado no dia 20.

Renan Calamia, diretor da Crédito Mercado, consultoria especializada em RPPS, diz atender uma dezena de clientes que ainda têm recursos nos fundos herdados da Infinity. Ele afirma não recomendar as carteiras em avaliações sob demanda desde que fecharam para resgates em meados de 2019, quando estavam sob administração da BRB DTVM.

"A Veritas foi a que mais recuperou fundos com ativos em default" Rodrigo Moratelli

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187568>

Inflação menor, alta do mínimo e benefícios puxam renda em 2023

Érica Polo

Com o recuo da **inflação** e o aumento do salário mínimo, a massa real de rendimento do brasileiro deve crescer de 4% a 5,6% em 2023 sobre o ano anterior, projetam economistas. A ocupação terá efeito "modesto" nessa conta, visto que a alta do indicador para o ano é estimada entre 0,5% e 0,6%, segundo fontes ouvidas pelo Valor - as projeções do Bradesco indicam estabilidade ante 2022.

O volume de pessoas ocupadas nos mercados formal e informal, adicionado à média dos salários, deverá resultar em uma massa real de rendimento de R\$ 289 bilhões mensais em 2023, segundo cálculo da consultoria MacroSector. A conta não inclui benefícios governamentais.

Se incluído o Bolsa Família, o principal benefício pago pelo governo federal, a soma mensal chega aos R\$ 300,4 bilhões. No ano serão R\$ 3,6 trilhões circulando na economia. "É massa salarial expressiva em um país com R\$ 10 trilhões de **PIB**", disse o economista Fabio Silveira, sócio da MacroSector.

"Não é muito apropriado fazer essa comparação, se considerada a forma de cálculo do **PIB**", ressalva. "Mas o paralelo mostra que é massa de renda importante para que a economia avance, ou não."

Após um período de recuos anuais seguidos, em 2020 e 2021, devido à desaceleração econômica causada pela pandemia, a massa real de rendimento se recuperou no ano passado. Se observados apenas os salários, cresceu entre 6,6% e 7% - e varia conforme a fonte de informação.

"O valor do Bolsa Família basicamente triplicou num curto espaço de tempo [desde 2022], e o número de beneficiários aumentou quase 50%. Isso turbinou o consumo no curto prazo, não necessariamente da forma mais saudável", pondera Alberto Ramos, diretor do grupo de pesqui-

sas macroeconômicas para América Latina do Goldman Sachs.

Foi um crescimento significativo de renda que trouxe efeitos para o consumo em alimentos, bens e serviços, mesmo com a **inflação** incomodando o brasileiro.

"Tem uma questão individual [por causa] da pandemia: vimos um episódio de demanda reprimida por serviços que não puderam ser consumidos em 2020 e 2021 por causa das restrições de circulação de pessoas", avalia o economista Bruno Imaizumi, da LCA Consultores.

"E ainda há resquícios desse consumo no ano de 2023", continua Imaizumi. Em outras palavras, mesmo em um país inflacionado, o consumidor gastou. A massa real de renda subirá um pouco menos em 2023, mas ainda está em recuperação, devido principalmente à valorização dos patamares de renda média - e menos pelos efeitos do crescimento da ocupação.

"O [salário] mínimo é referência para outros rendimentos, e os dois reajustes feitos em 2023 acabam beneficiando também os trabalhadores informais", diz Lucas Assis, analista da Tendências Consultoria. A alta do salário mínimo surte efeito na base de cálculo dos programas sociais, aposentadorias e pensões. Também houve reajuste para **servidores públicos**, desoneração dos combustíveis e recuo da **inflação**, todos com impacto positivo para a massa de renda das famílias.

Alguns economistas, contudo, avaliam que o impacto do aumento da renda sobre o consumo pode esbarrar nos juros altos nos próximos meses. "[O consumo das famílias] Vai continuar crescendo, só que com desaceleração ao longo dos meses. Esperamos crescimento de 2,5% para 2023, que é menor que o dos anos anteriores (3,7% em 2021, e 4,3% em 2022)", cita Imaizumi.

Silveira destaca que "as famílias só podem se endividar uma vez" e, com o atual patamar de juros, a velocidade de expansão do crédito cai. "Isso já está ocorrendo. A inadimplência do crédito pessoal, que tem uma parcela significativa dentro do crédito ao consumidor, subiu".

Na visão de Ramos, certa "restritividade" no panorama do crédito não pode ser vista como um fator ruim para a economia. "No curto prazo é [ruim], mas depois disso traz algo positivo que é **inflação** e juro mais baixos e crescimento sustentável", opina.

Dado o patamar de juros, o Bradesco esperava uma desaceleração maior do consumo das famílias, ou

talvez uma queda, no começo do ano. "Mas os dados do **PIB** não mostraram isso. Há uma desaceleração gradual", avalia Myriã Bast, economista do banco. Segundo ela, o segundo trimestre do ano ainda refletirá o incremento da massa de renda.

"Mas o efeito da política monetária deve se sobressair no segundo semestre, quando esperamos uma desaceleração mais forte do consumo das famílias, pois os outros efeitos [reajuste do mínimo, benefícios do governo, recuo da **inflação** etc.] vão se dissipando."

Passado o momento de retomada no período pós-pandemia, o avanço anual da massa de rendimento do brasileiro tende a voltar a patamares anteriores ao de 2020. São projetadas altas de 2,5% a 3% ao ano nesta década.

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50299&maxTouch=0&anchor=6478437&pd=ce36d7f9abd92b499ea7f461de03d6d>

Lula já admite mudanças pontuais na Esplanada e recebe Lira no Alvorada

Vera Rosa

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva já havia prometido resolver os problemas na articulação política do governo com o Congresso no início de maio, mas só depois de ter passado por um sufoco na Câmara, na semana passada, resolveu promover um "aggiornamento" político. Foi justamente nessa toada a conversa ontem entre Lula e o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). O petista não pretende fazer uma ampla **reforma ministerial**, mas, nos bastidores, já admite a necessidade de mudanças "pontuais" na equipe que devem atingir principalmente o União Brasil. Mesmo assim, não dá prazo para as trocas.

Lula não gostou de saber que o empresário Fernando Fialho, sogro do ministro das Comunicações, Juscelino Filho, tem usado o gabinete do genro para despachar, como revelou o Estadão.

O presidente já havia conversado com o líder do União Brasil na Câmara, Elmar Nascimento (BA), na semana passada, para reavaliar as indicações do partido na Esplanada.

Além de Juscelino, que pode ser substituído, a ministra do Turismo, Daniela Carneiro, também está na lista. Daniela pode não sair do governo, mas deve mudar de repartição. Ela já pediu a desfiliação do União Brasil e tudo indica que migrará para o Republicanos, partido que tende a ganhar espaço na Esplanada. O deputado Celso Sabino (PA), aliado de Lira, é cotado para assumir Turismo ou outro ministério hoje na cota do União Brasil, que mantém três pastas.

RECADOS.

Durante o encontro no Palácio da Alvorada, Lira disse que o presidente precisa arrumar a base aliada porque "o combustível está acabando".

Vários recados foram dados nos últimos dias. Um deles foi durante a análise da medida provisória que reestruturou a Esplanada, quando os ministérios do Meio Ambiente e dos Povos Indígenas foram desidratados.

O outro mostrou a força da bancada ruralista, que conseguiu aprovar na Câmara o marco para

demarcação das terras indígenas, a contragosto do Palácio do Planalto.

Na prática, Lula está pressionado pelas próximas votações.

Há medidas provisórias que, se não forem aprovadas pelo Congresso, perdem a validade neste mês. A que tem mais urgência é a do Minha Casa, Minha Vida. Além disso, a **reforma tributária** entrará agora na pauta e o arcabouço fiscal e o Marco do Saneamento estão no Senado.

O encontro no Alvorada, que começou por volta de 8h, não constou da agenda oficial de Lula e sua extensão levou ao adiamento de outros compromissos, como a reunião com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Para além dos problemas na articulação, a relação entre Lula e Lira ficou mais tensa após a Polícia Federal deflagrar operação contra aliados do presidente da Câmara (mais informações nesta página), o que levou o ministro da Justiça, Flávio Dino, a ir à residência oficial do alagoano para conter a escalada da crise. Para interlocutores do deputado, a PF teria agido para atingi-lo.

Embora o maior empenho de Lira seja para retomar o controle da distribuição de emendas parlamentares do antigo orçamento secreto, aliados do deputado no Centrão pressionam por espaço no governo.

Querem o Ministério da Saúde, comandado por Nísia Trindade, que não é filiada a nenhum partido. A Saúde já foi, por muitos anos, feudo político do PP de Lira. Dificilmente, porém, Lula entregará esse cargo, considerado estratégico por ele.

Lira tem, ainda, uma antiga divergência com Renan Calheiros (MDB-AL), agravada depois que o senador publicou no Twitter posts ofensivos ao deputado.

Apesar de ter negado, o presidente da Câmara fez chegar à Casa Civil e à Secretaria de Relações Institucionais que não admitia ver um aliado de primeira hora do governo o atacando daquela forma e pediu a demissão do ministro dos Transportes, Renan Filho (MDB-AL).

"TÉCNICO E POLÍTICO".

Por variados motivos, potenciais mudanças na Esplanada estão no radar de Brasília. Ontem, o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), cobrou que ministros entreguem votos de suas legendas no Congresso em projetos de interesse do Executivo. "Ninguém quer ministro só técnico. Todo mundo é técnico e político. Bom desempenho é, primeiro, entregar o que a pasta demanda. Em segundo, é entregar relação política", disse Wagner no Planalto.

"Cada ministro representa um ou um conjunto de partidos.

Se essa relação sofrer abalo, digo entre ministro ou quem representa, aí pode ser sugerida uma troca."

Líder no Senado

Jaques Wagner cobrou de ministros a entrega de votos: "Ninguém quer ministro só técnico"

Para lembrar

MP da Esplanada expôs desarticulação

I MP dos Ministérios

Na semana passada, a Câmara aprovou a medida provisória que define os ministérios da gestão petista. Para assegurar a aprovação do texto, o governo liberou R\$ 1,7 bilhão em emendas parlamentares

I Insatisfação

A desarticulação do governo Lula com o presidente da Câmara, Arthur Lira, pôs em risco a estrutura do Executivo federal. Antes da votação da MP, Lira falou em insatisfação generalizada na Casa e disse que eventual derrota na MP seria culpa do Planalto

I Operação

No mesmo dia em que o Senado aprovou a MP dos Ministérios, a PF deflagrou uma operação que atingiu aliados de Lira. Após a ação, o ministro Flávio Dino esteve com o deputado, que quis saber detalhes da diligência

I Reunião

Ontem, Lula e Lira se reuniram no Palácio da Alvorada. O presidente não pretende fazer uma ampla **reforma ministerial**, mas já admitiu a necessidade de mudanças "pontuais" na equip

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Lula recebe Lira no Alvorada após operação da PF e crise na articulação

Renato Machado e Victoria Azevedo Brasília

O presidente Lula (PT) recebeu nesta segunda-feira (5) o presidente da Câmara, deputado Arthur Lira (PP-AL), para um café da manhã, após dias de embates entre o Planalto e o comanda da Casa Legislativa, com críticas à articulação e pedido de uma reforma ministerial para contemplar partidos de centro.

A conversa no Palácio da Alvorada ocorreu também em um momento de tensão para Lira, com uma investigação da Polícia Federal que atingiu seus aliados.

Depois da reunião, o parlamentar criticou declaração recente do ministro da Casa Civil, Rui Costa (PT), disse que a Câmara ficou "sub-representada" na atual montagem da Esplanada dos Ministérios e afirmou que as dificuldades enfrentadas pelo Planalto foram "um bom recado".

O encontro não constava na agenda oficial do mandatário. O ministro Alexandre Padilha (Relações Institucionais), alvo das críticas de Lira, não participou.

O deputado afirmou que recebeu um telefonema de Lula no dia anterior, convidando-o para o café da manhã. Eles trataram, segundo o deputado relatou CNN Brasil, de uma "arrumação mais efetiva da base do governo na Câmara e no Senado". E acrescentou que o governo começa a se organizar nesta semana.

"Eu penso que o presidente está se movimentando e é importante que ele se movimente em detrimento de tudo que se tem dito, das dificuldades da articulação e as críticas que são feitas. O governo tem hoje uma noção exata de quais são essas dificuldades para que a gente possa ter um encaminhamento que as matérias possam ser discutidas com tranquilidade", afirmou Lira.

Na entrevista, Lira mirou em Rui Costa -ministro que, junto a Padilha, tem sofrido críticas de parlamentares.

O presidente da Câmara se referiu a uma fala de Rui na sexta (2). Em evento na Bahia, o ministro classificou Brasília de ilha da fantasia e bolha ilusória. "Brasília é difícil. É difícil porque lá fazer o certo, para muitos, está errado. E fazer o errado, para muitos, é que é o certo na cabeça deles." Lira reagiu, pedindo

comedimento de ministros que são da cota pessoal de Lula, como é o caso de Rui.

"Um dos ministros da articulação fez uma declaração sobre Brasília neste final de semana que causou muito rebuliço em partidos da esquerda à direita. Essas coisas não ajudam, e o governo saberá to -mar um rumo, uma decisão do que tem que fazer", afirmou.

Em outro trecho na entrevista, Lira disse que a Câmara ficou sub-representada no ministério de Lula. Segundo ele, o presidente montou a Esplanada para atender, principalmente, ex-governadores que foram eleitos para o Senado.

"Tentando ali ocupar talvez numa capacidade mais administrativa da experiência de cada um. Mas fato é que a Câmara ficou nessa situação sub-representada. Ou representada por decisões que não pertenceram diretamente aos partidos", disse Lira.

"Se o governo escolheu essa maneira, lógico, ele vai ter co -mo mudar o rumo dessas escolhas e equilibrar esse jogo para que ele tenha maior conforto", seguiu o parlamentar.

Lira, porém, negou que tenha tratado com Lula de mudanças nos ministérios ou da liberação de emendas.

Ele classificou de "bom recado" as dificuldades sofridas pelo Planalto na Câmara na semana passada -quando a medida provisória que reestrutura a Esplanada só foi aprovada na véspera de perder a validade e em meio a ameaças de derrota.

"Penso que o alerta que foi feito, as dificuldades que houve na semana passada, foram um bom recado para que o governo possa recompor o seu rumo", declarou Lira.

Ainda na entrevista pós-reunião com Lula, o deputado voltou a dizer que o presidente da Câmara age como um facilitador das matérias e ressaltou que o Congresso eleito em 2022 não é progressista, mas conservador.

"O Congresso Nacional não é um Congresso que foi eleito progressista de esquerda. É um Congresso reformador, liberal conservador, que tem

posicionamentos próprios.

Nós sabemos hoje que a dinâmica é outra, a realidade de um Congresso de hoje não é igual à de um Congresso de 20 anos atrás", disse.

O parlamentar disse que nenhum partido deve se sentir obrigado a votar em matérias do governo sem integrar a base de apoio e sinalizou que, ao se tratar da relação da Câmara com o Executivo, o "combustível está acabando".

Líderes de partidos na Câmara que votaram a favor da medida provisória da reestruturação da Esplanada chegaram a ser chamados para uma reunião com Lula na tarde de segunda. O objetivo dele seria se aproximar das bancadas, tendo como pretexto agradecer pela votação da semana anterior. O encontro, no entanto, foi desmarcado.

Segundo membros do governo, a reunião foi adiada por conflitos na agenda de Lula, que tinha entre seus compromissos dois eventos no Planalto. Líderes ouvidos pela Folha, no entanto, alegam que ainda não há clima para que essa conversa aconteça.

Um encontro similar previsto entre Lula e senadores aliados foi mantido.

A reunião desta segunda ocorreu também dias após a PF ter cumprido mandados de prisão e de busca e apreensão em Alagoas contra aliados do presidente da Câmara, em uma investigação sobre desvios em contratos para a compra de kits de robótica.

Quase seis meses após a posse, Lula assistiu nos últimos dias à demonstração mais contundente de insatisfação da Câmara com o governo e correu o risco de ver boa parte do desenho que fez para os seus ministérios ser apagada.

O Palácio do Planalto sabe que hoje não tem votos suficientes para aprovar medidas de interesse sem a influência do presidente da Câmara. Segundo Lira e o próprio Lula, o Planalto tem asseguradas cerca de 130 de 513 cadeiras no plenário -embora a base com partidos que integram o governo seja maior.

De agora em diante, avaliam deputados, Lula terá de agir para reparar as arestas em sua articulação política e dar celeridade à liberação de emendas e nomeações de cargos regionais, sob pena de sofrer mais derrotas na Casa.

Para além disso, um pedido recorrente de parlamentares é por prestígio e para que Lira seja mais empoderado.

Isso significa também abrir espaço na máquina federal para outras legendas, como PP, Republicanos e até o PL, que apoiaram a reeleição de Jair Bolsonaro (PL) em 2022 -alguns no primeiro, outros no segundo escalão.

"Fato é que a Câmara ficou nessa situação sub-representada [no governo]. Ou representada por decisões que não pertenceram diretamente aos partidos.

Se o governo escolheu essa maneira, lógico, ele vai ter como mudar o rumo dessas escolhas e equilibrar esse jogo para que ele tenha maior conforto"

"O Congresso Nacional não é um Congresso que foi eleito progressista de esquerda. É um Congresso reformador, liberal conservador, que tem posicionamentos próprios. Nós sabemos hoje que a dinâmica é outra, a realidade de um Congresso de hoje não é igual à de um Congresso de 20 anos atrás" Arthur Lira (PP-AL) presidente da Câmara dos Deputados

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50299>

Reforma tributária não pode fracassar (Editorial)

O Congresso não pode mais adiar a análise e a votação da **reforma tributária**. Diante das transformações pelas quais o mundo vem passando, seja no mercado de trabalho, cada vez mais digitalizado, seja na questão demográfica, devido ao rápido envelhecimento da população, os governos terão de correr contra o tempo para ajustarem a arrecadação de **impostos** às novas demandas por gastos. O Brasil, mesmo ainda tendo uma população majoritariamente mais jovem que a média dos países desenvolvidos, já se defronta com tal realidade e numa situação pior, pois não enriqueceu o suficiente para garantir, por exemplo, boas pensões aos trabalhadores e um sistema de saúde mais inclusivo.

O sistema tributário brasileiro é extremamente complexo e injusto. Corrigir as distorções deve ser prioridade máxima, não apenas do Legislativo. O governo também precisa entrar em campo para convencer os parlamentares de que, depois de 30 anos de discussões, o país não tem outra alternativa para ampliar o potencial de crescimento da economia. Da forma como os **impostos** estão estruturados hoje, o Brasil está condenado a crescer pouco, ampliando o fosso que separa ricos e pobres. Sem uma atividade forte e um ambiente de negócios favorável aos investimentos produtivos, não há como se pensarem saltos expressivos do Produto Interno Bruto (**PIB**). Um dos caminhos para consolidar esse cenário benéfico é a indústria.

Historicamente, são as fábricas as mais punidas pela injusta tributação brasileira. Não à toa, a indústria vem perdendo, ano a ano, participação no **PIB**. O setor é responsável pelos empregos de melhor qualidade e pelos salários mais altos. Contudo, sem competitividade e amarrada por **impostos** em cascata, não consegue dar o salto de produtividade que a economia atual exige. Não se está pedindo privilégios, até porque não há mais espaço para isso no Orçamento da União. O que está em jogo é a importância de se corrigir erros sucessivos cometidos ao longo de décadas para financiar uma máquina estatal ineficiente e cara.

O quadro no Brasil é mais alarmante em relação ao mundo desenvolvido, porque o país ainda está debatendo que imposto será incorporado ao outro, se terá alíquota única ou diferenciada. Na Europa, por exemplo, as discussões são no sentido de buscar

fontes adicionais de financiamento para o Estado, levando-se em conta a nova economia, com sua digitalização e a inevitável transição energética. Os europeus têm a exata noção de que a tributação sobre a renda já está no limite. Portanto, o desafio é descobrir de onde podem vir recursos extras para manter as conquistas sociais obtidas após a Segunda Guerra Mundial.

O Brasil corre o risco de perder mais uma oportunidade de tirar os dois pés do atraso com a **reforma tributária**. A postura fisiológica do Congresso tem se escancarado: votação após votação. Mantido esse comportamento arcaico, as chances de ao menos uma parte do ajuste dos **impostos** sair do papel ficarão cada vez menores. O certo é que todos perderão, sobretudo os mais pobres, que, proporcionalmente, pagam mais **tributos**. Apenas essa informação já seria motivo de sobra para que governo e legisladores agissem em benefício do país.

Ante a premência da **reforma tributária** ameaçada, a sociedade terá papel crucial no sentido de pressionar Legislativo e Executivo a levarem adiante as propostas que estão mais do que maduras entre deputados, senadores, governadores e prefeitos. Defender interesses setoriais só pune a maioria. O ansiado ajuste na estrutura dos **impostos** resultará em ganhos ao longo do tempo para todos. Esse deve ser o pensamento, não o do fisiologismo e o daqueles que tentam incutir o falso dilema de que os preços vão subir com a reforma. O Brasil já tributa excessivamente o consumo. Agora, é hora de avançar sobre a renda dos mais ricos, começando pela cobrança de **impostos** sobre lucros e dividendos. Isso é justiça social.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/06/06/2023/p1>

Relatório da reforma tributária trará IVA dual

Idiana Tomazelli

BRASÍLIA Promessa de diferentes administrações que governaram o Brasil nas últimas décadas, a **reforma tributária** entra em um período de negociações decisivo na Câmara coma apresentação, nesta terça-feira (6), do relatório do GT (grupo de trabalho) com as diretrizes da proposta.

O documento elaborado pelo relator, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP- PB), vai indicar as linhas gerais e os pontos que puderam ser alvo de consenso após meses de discussões. Mas o texto da PEC (proposta de emenda à Constituição) ainda depende de novas conversas para se materializar.

Um dos principais impasses é a convalidação de benefícios fiscais já concedidos por estados e municípios e que têm validade assegurada até 2032.

Em meio à guerra fiscal dos últimos anos, muitos governadores e prefeitos concederam incentivos vultosos via ICMS e ISS, que perderiam efeito em um sistema de tributação unificada como se quer na reforma.

No Congresso, avalia-se que é preciso dar segurança jurídica as empresas contempladas, já que contratos foram firmados na expectativa de obter esses benefícios. O próprio Legislativo assegurou a prorrogação desses incentivos em lei complementar de 2021.

Os incentivos, porém, não são necessariamente simétricos entre estados e municípios. Uns concederam mais e outros, menos.

O tema é considerado extremamente sensível. Alguns governadores inclusive condicionam seu apoio à reforma a uma resolução do problema dos benefícios fiscais. Outros temem acabar arcando com uma fatura de benefícios concedidos por outros estados.

Dentro do governo federal, a avaliação é que a questão "terá de ser resolvida", mas ainda está longe de um desfecho.

Segundo diferentes interlocutores, esse é um tema que será decidido nas negociações políticas das próximas semanas. Uma das possibilidades é asar

recursos do FDR (Fundo de Desenvolvimento Regional), a ser criado na reforma, para arcar com os benefícios convalidados. No Congresso, estima-se que a União precisará injetar recursos para transpor esse obstáculo.

O texto final ainda deve ser alvo de negociações nas próximas semanas. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP--AL), tem sinalizado a intenção de colocá-lo em votação antes do recesso parlamentar, que se inicia em 18 de julho. Mas ele mesmo já adotou uma espécie de vacina e disse que não tem como garantir sua aprovação.

Aguinaldo Ribeiro tem dito que o relatório do GT não será uma representação de convicções pessoais ou do governo, mas sim tentativa de conciliar diferentes visões e ampliar suas chances de aprovação.

A tendência é que o documento indique a unificação dos diferentes **tributos** sobre consumo cobrados por União, estados e municípios em um IVA (Imposto sobre Valor Agregado) dual. O sistema dual significa que uma parcela da alíquota será administrada pelo governo federal, e a outra, por estados e municípios.

A cobrança do tributo será realizada onde ocorre o consumo (destino), em substituição ao modelo atual de incidência no local de produção (origem). Haverá um período de transição até que haja a migração completa para o novo modelo.

O Ministério da Fazenda tinha preferência por um IVA nacional, para alcançar maior simplificação do sistema, mas sempre deixou a porta aberta para a negociação de um IVA dual se isso representasse maior apoio político à proposta -o que é justamente o caso. Governadores e prefeitos são veementes na defesa da manutenção de sua autonomia na gestão tributária.

Após décadas de tentativas fracassadas de reforma e de convivência com um sistema tido como "falido", a avaliação da equipe econômica é de que a melhor **reforma tributária** é a que for possível. O relatório com as diretrizes da reforma deve ser produto dessas composições políticas.

Em outro arranjo para tentar atrair maior apoio à proposta, o relatório do grupo de trabalho deve indicar

a fixação de uma alíquota padrão e de alíquotas reduzidas para setores específicos, como saúde, educação e transporte coletivo. Há tratativas também para contemplar setores do agro e alguns alimentos.

"Estamos discutindo. São setores de ponta, produtos, atividades como saúde, educação, quais produtos agro ou de alimentação. São essas questões que nós vamos debater", disse na quarta-feira (31) o coordenador do GT, deputado Reginaldo Lopes (PT-MG).

O grupo ainda não bateu o martelo sobre o número de alíquotas, mas uma das possibilidades é que sejam três: a padrão, uma reduzida e a alíquota zero. Os valores ainda dependeriam de regulamentação por lei complementar.

A discussão em torno do número de alíquotas está relacionada a uma divergência entre os congressistas e a Fazenda sobre como evitar um aumento da tributação sobre os produtos da cesta básica, atualmente desonerados ou com menor carga.

O governo defende o chamado "cashback", termo em inglês que representa a devolução do tributo pago em dinheiro para o consumidor. O secretário extraordinário da **reforma tributária**, Bernard Appy, já disse que o repasse poderia ser feito mediante desconto na próxima compra ou em crédito no cartão de programas sociais.

Parlamentares, porém, têm demonstrado preocupação com o modelo, pois entendem que sua implementação é complexa. Além disso, há críticas ao fato de que, para obter o cashback, mesmo as famílias mais vulneráveis precisariam antes pagar o tributo.

"O Brasil seria o único lugar em que o pobre vai ter que ter capital de giro", critica o deputado Mauro Benevides Filho

(PDT-CE), ex-secretário de Fazenda do Ceará.

As diretrizes da reforma também devem incluir um tratamento diferenciado para o setor financeiro e de seguros. Há ainda demanda por um regime específico para a construção civil.

A transposição desses acordos para o texto constitucional, porém, é um ponto delicado. Segundo técnicos, uma expressão equivocada pode virar terreno fértil para judicialização no futuro -tudo que se quer evitar com um sistema novo e mais simples. Por isso, já está em curso um trabalho cuidadoso de analisar quais termos podem ser utilizados para dar segurança jurídica aos setores beneficiados por algum tipo de tratamento ou alíquota reduzida.

Outro ponto do relatório será a criação de um imposto seletivo, que não tem necessariamente uma finalidade arrecadatória e é aplicado sobre bens e serviços cujo consumo o governo pretende desestimular (como cigarros e bebidas alcoólicas).

O Simples Nacional, regime simplificado de recolhimento de **tributos** para micro e pequenas empresas, será mantido, mas as companhias terão mais flexibilidade para aderir ou não ao novo sistema do IVA -o que pode ser vantajoso para quem fornece bens ou serviços a outras empresas.

No sistema de IVA, o recolhimento do tributo se dá sobre o preço da mercadoria, descontados os custos de produção. Isso significa que, no novo modelo, uma micro e pequena empresa que forneça insumos a outras companhias vai gerar créditos que o cliente poderá usar para abater **impostos**.

No Simples Nacional atual, essa empresa não gera créditos tributários para seus clientes, o que pode ser visto como uma desvantagem competitiva. Não há diferença apenas quando a venda é feita diretamente ao consumidor final.

Há impasse ainda, porém, envolvendo a Zona Franca de Manaus. Já há a decisão de manter benefícios para a região, cuja economia é bastante dependente do polo industrial. As possibilidades, porém, ainda estão em análise.

Lira diz que não assume aprovação

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), disse nesta segunda (5) que pretende votara **reforma tributária** no plenário da Casa ainda no primeiro semestre, mas indicou que não pode assumir compromisso com a aprovação da matéria. "Eu quero é pautar.

Não posso assumir um compromisso e a responsabilidade de aprovar [a **reforma tributária**]", disse em entrevista à CNN Brasil.

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50299&anchor=6478437&maxTouch=0&_ga=2.232422105.715544841.1685934512-1980247189.1672582619&_mather=757bf67604fe4aa8&pd=ce36d7f9abdd92b499ea7f461de03d6d

Lira promete pautar tributária ainda neste semestre

I GIORDANNA NEVES

O presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL), disse ontem ter pedido ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva uma maior "ajuda" do governo na aprovação da **reforma tributária**.

Lira prometeu pautar a matéria ainda neste semestre, antes do recesso parlamentar, mas disse que não poderia assumir o compromisso de aprovação da proposta.

"Eu quero pautar (**reforma tributária**), não posso assumir o compromisso e a responsabilidade de aprovar. Eu pedi toda ajuda ao governo. O governo precisa se mobilizar porque medidas importantes para facilitação da angariação de votos no plenário dependem de medidas econômicas do Ministério da Fazenda, dependem de medidas políticas do governo, dependem de articulação também do governo com entes federativos, governadores, prefeitos de capitais e cidades pequenas e também do setor privado", disse, em entrevista à CNN.

Lira se reuniu ontem pela manhã com Lula no Palácio da Alvorada, em um encontro fora da agenda oficial, para tratar da articulação no Congresso.

Aliados reclamam de uma possível ausência de Lula nas negociações com os parlamentares.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Proposta tributária prevê quatro alíquotas de IVA

Victoria Abel

Os deputados do grupo de trabalho da **reforma tributária** vão apresentar um relatório preliminar hoje, com as principais diretrizes da Proposta de Emenda à Constituição (PEC). O ponto central do texto será a criação do Imposto Sobre Valor Agregado (IVA) dual, dois **impostos** diferentes para centralizar os cinco **tributos** sobre consumo que existem hoje. Estas duas novas taxas devem contemplar até quatro alíquotas. A proposta foi debatida ontem entre os deputados e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

O IVA federal vai reunir Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), PIS e Cofins, e o IVA subnacional vai juntar Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e Imposto sobre Serviços (ISS). Os dois **tributos** serão cobrados no destino de cada produto comercializado. Ou seja, no local de venda ao consumidor.

Apesar da divulgação hoje dos destaques da proposta, o substitutivo que de fato vai para votação no plenário da Casa deve ser apresentado dentro de 15 dias, de acordo com o coordenador do grupo, deputado Reginaldo Lopes (PT-MG).

Ao longo dos próximos dias, líderes parlamentares, empresários e o governo federal vão acertar os pontos finais para a PEC. Entre as sugestões dos deputados para o relatório estão: adoção de até quatro tipos de alíquota de IVA, cashback para baixa renda, Fundo de Desenvolvimento Regional, IPVA para iates e manutenção da Zona Franca de Manaus.

De acordo com os parlamentares, o IVA terá de três a quatro alíquotas. Uma alíquota padrão, que terá o valor mais alto, uma ou duas de equilíbrio, com valores intermediários, e uma zerada. Cada uma delas poderá ser aplicada em diferentes setores. Os deputados destacam que, em países da Europa, o IVA funcionou da mesma forma.

FUNDO REGIONAL

A proposta também deve apresentar um fundo para compensação de perdas de arrecadação de estados e municípios durante a transição entre sistemas de **impostos**. Após reunião com Haddad, Lopes disse que o governo concordou em capitalizar o Fundo de

Desenvolvimento Regional.

O texto deve trazer ainda um modelo de devolução de **impostos** (cashback) incidentes no consumo de famílias de baixa renda. O formato não foi detalhado. Outro ponto das diretrizes é um novo tributo sobre embarcações de luxo, uma espécie de IPVA para iates.

Os parlamentares também chegaram a um acordo para a manutenção de um regime diferenciado de tributação na Zona Franca de Manaus. Um sistema de crédito presumido e imposto seletivo vai manter os benefícios fiscais para empresas que atuam na capital amazonense até 2073, em substituição ao IPI.

- Está definido que será mantida a Zona Franca, com regime diferenciado, através de um crédito presumido e imposto seletivo -afirmou o deputado Saullo Vianna (União-AM), do grupo de trabalho.

O crédito presumido será concedido pelo governo a empresas que mantiverem fábricas na Zona Franca. Elas poderão descontar esse valor em cobranças de **impostos**. Já o imposto seletivo seria cobrado para produtos eletrônicos ou veículos automotores que não forem fabricados na Zona Franca. Além do IVA resultante da **reforma tributária**, esses produtos pagariam uma alíquota a mais.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Do jeito que está, a reforma não vai passar"

Cássia Almeida

ENTREVISTA

Gustavo Brigagão / advogado

Perda de autonomia dos municípios e aumento de carga de **impostos** para o setor de serviços e para a agropecuária são entraves na opinião do especialista

O advogado tributarista Gustavo Brigagão, que há 40 anos atua na área, faz críticas à proposta de **reforma tributária** que está sendo discutida no Congresso. Diz que haverá alta de **impostos** "inadmissível" no setor de serviços, que será repassada aos preços, e prevê aumento dos litígios no período de transição, quando os dois sistemas vão vigorar simultaneamente. Ele defende que é melhor manter o sistema com carga tributária maior para a indústria do que aprovar as mudanças pensadas pelo governo, e diz que não se deve "destruir um time que está bom": Cada país tem que ver a sua vocação."

O sistema tributário brasileiro tem 40 anos e uma infinidade de **impostos**, alíquotas e normas. A proposta na Câmara pretende unificar os **tributos**, criando um IVA(imposto sobre valor agregado). Como avalia a reforma?

É um sistema que vem desde 1965, gera guerra fiscal, conflito de competência entre estados e municípios sobre uma mesma circulação de riquezas e uma carga extremamente elevada. A unificação de **tributos** é bem-vinda, desde que se tenha cuidado com o pacto federativo. Quando unifica, quebra o pacto federativo, por isso a proposta de um IVA só gerou reação por parte dos estados, e evoluiu-se para o IVA dual (com um IVA unificando os **impostos** federais e outro unindo os **tributos** estaduais e municipais). Ainda assim, deixa os municípios muitos descontentes, principalmente os que são grande arrecadadores. As grandes capitais são todas contrárias. A reforma é necessária, há um caos tributário absoluto, em complexidade, quantidade e alíquotas. Há aqueles que defendem uma alteração mais disruptiva do sistema em vez de aprimorá-lo. Não há legislação única que vá tratar do cipoal de **impostos** de 5 mil municípios, de mais de 20 leis que regulam o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) e das especificidades do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), mas a reforma que está sendo proposta é desastrosa. Vai ser uma carga tributária muito maior. O único setor beneficiado pela reforma é

a indústria. Vão despir um santo para vestir outro. O setor de serviços e a agroindústria serão extremamente prejudicados. É um aumento que é inadmissível para o setor de serviços.

Mas a indústria paga mais **impostos** do que os serviços. Não seria razoável ter alíquotas semelhantes?

Não se pode tratar igualmente os que são desiguais. Alíquota única ofende esse princípio. É necessário um tratamento diferenciado, não só em relação a alíquotas. Outro absurdo é a eliminação de benefícios. Foram os benefícios fiscais que permitiram que empresas conseguissem sobreviver na pandemia. Outra questão são as sociedades profissionais de médicos, contadores, enfermeiros, advogados que pagam um ISS (Imposto sobre Serviços) de valor fixo, não um percentual do faturamento. Isso vigora desde 1968, já se tentou mudar no STF (Supremo Tribunal Federal) e no Congresso, sem sucesso. A alíquota vai recair sobre serviços prestados pela e para a classe média.

Mas é correto ser um valor fixo? Não seria mais justo ser um percentual sobre o faturamento?

Essa filosofia se aplica a **impostos** sobre a renda, não sobre consumo. Não se tributa renda com imposto sobre consumo.

É uma questão pacificada, não há chance de mudança?

Pacificada pelo Congresso e pelo Poder Judiciário. Se forem aplicadas todas as alíquotas, a carga tributária pode chegar a 30%. Não é razoável.

Qual seria a proposta ideal?

Não colocar uma alíquota única, manter benefícios fiscais, evitando os abusos, e prever a não cumulatividade (quando os **impostos** incidem sobre valores que embutem outros **impostos**), que deve ser ampla, irrestrita e estar na Constituição. Outra coisa é que não se pode fazer a **reforma tributária** do consumo, depois da renda, depois do patrimônio. O ideal seria pegar o conjunto, que elas conversem. Esse é o maior erro. E quem são os juristas que estão cuidando da reforma? Está entregue na mão de economistas, o que é extremamente criticado no mundo jurídico. A Câmara inteira é contra isso que Appy (Bernard Appy, secretário extraordinário da

reforma tributária) está propondo. O ideal seria ter alíquotas diferenciadas para garantir a sobrevivência dos contribuintes. Do jeito que está, vai ser uma quebradeira geral. Tem que examinar cada setor, até dentro de serviços, para ter tratamentos diferenciados. Appy diz que serviços são mais consumidos pelos ricos, mas olha a Central do Brasil e vê quantos ricos estão transitando ali.

Quantas alíquotas seriam adequadas?

Nada impede de ter dez alíquotas, desde que se evite a complexidade das regras atuais e não se sobrecarregue os setores. Pode até haver algum aumento de carga, mas não dessa ordem.

O setor de serviços e a agropecuária respondem por 76% da economia. Não é muito peso sobre a indústria, que representa 24% do **PIB**?

Tem que ponderar, aumentar o período de transição (a reforma prevê seis anos) e prever alíquota menor para o setor de serviços e o agro. Pode até manter a forma atual, não destruir o time que está bom, com tributação maior na indústria. Cada país tem que ver sua vocação. Há uma pressão forte de muitos setores, do jeito que está, a **reforma tributária** não vai passar.

A devolução do imposto, com o "cashback", não seria um caminho?

Tenho muito receio do formato eleitoreiro que está se dando a isso. Não vai alcançar as pessoas que se beneficiam com a alíquota menor (na cesta básica, que é desonerada). O cashback vai alcançar os sem-teto, os indígenas? São produtos, como o nome diz, de subsistência, é para ter alíquota menor mesmo.

Acredita que vai aumentar o litígio?

Com o período de transição, quadruplicam os litígios. Será um caos os dois sistemas convivendo juntos. A solução para isso é não ter alíquota única.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Preocupações cooperativistas na reforma tributária (Artigo)

MARCO TÚLIO DE ROSE V Advogado "

Vem aí a **reforma tributária**, trazendo preocupações frente à peculiar situação tributária das cooperativas.

Essa peculiar situação, entendida pelos que veem no cooperativismo perigo aos ideais (?) neoliberais e filho não reconhecido de um imaginário comunismo (?), nada mais é do que o reconhecimento de que a relação entre a cooperativa e o cooperado, na qual este é um fator de produção organizado por aquela, sem objetivo de lucro, é especial e não pode ser enquadrada na relação entre a empresa e os fatores de produção por ela organizados de forma lucrativa.

A Constituição aponta o cooperativismo como totalmente relevante à sociedade brasileira e determinou que uma legislação complementar regulasse a situação tributária do ato cooperativo praticado entre a sociedade cooperativa e seus cooperados, o que nunca ocorreu, em 35 anos.

O Judiciário, ainda que não aplicando automaticamente o dispositivo - um princípio a ser concretizado -, não deixou de criar, nos limites de sua impossibilidade como legislador negativo, o princípio jurisdiccional de que ninguém se associa

A **reforma tributária** apresentada não parece reger o que a cooperativa deixou ao encargo do legislador infra constitucional

a uma cooperativa para piorar a situação tributária que teria individualmente.

A **reforma tributária** apresentada não parece reger o que a cooperativa deixou ao encargo do legislador infraconstitucional, e os seus anteprojetos, ao menos para o cooperativismo que lida com o trabalho e o crédito, parecem ignorar a norma constitucional.

O viés político-ideológico atual também preocupa os defensores dessa forma de organização societária, apta a moderar os excessos da outra forma de integração que é a competição, independente da riqueza dos seus componentes. Ao contrário de falsa moeda corrente, tanto como não existe homem branco ou negro, mas, para o direito, existe homem, não há cooperativismo de ricos ou de pobres, mas cooperativismo!

Posições partidárias que segmentos cooperativistas tomaram, contrárias ao situacionismo governamental e discursos neoliberais de absoluta igualdade dos agentes econômicos (famosa e falsa "neutralidade fiscal"), não devem sobrepujar a relevância do cooperativismo e a necessidade do respeito ao que já está na Constituição.

Site: <http://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/zh/1>

IPVA para donos de lanchas e iates

BRASÍLIA

O relator da **reforma tributária** sobre o consumo, deputado Aguinaldo Ribeiro (PR-BA), indicou que deve propor a taxaço de aeronaves e embarcaço de luxo com o Imposto Sobre Veículos Automotores (TPVA). No sistema atual, jatinhos, lanchas e iates não pagam o tributo.

"Há a particularidade da disposiço de se tratar do TPVA com foco em aeronave e embarcaço de luxo. Senado que trouxe esse tema, na PEC 110. São pontos que devem estar nas diretrizes do grupo de trabalho (composto por deputados e senadores, que trata da **reforma tributária**), seguindo juntos", declarou, nesta semana.

Se aprovada na **reforma tributária**, a regra mudará entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) que definiu que embarcaço e aeronaves não estão sujeitos ao pagamento do IFVA.

Esta etapa da **reforma tributária** foca na tributaço sobre o consumo, envolvendo **tributos** como PIS, Cofins, IPI, ICMS estadual e ISS municipal. A definiço de mudanças no IPVA mira outra base de arrecadaço: sobre o patrimônio.

No caso de jatinhos, lanchas e iates, especificamente, a tributaço tem foco na classe com mais alto poder de renda da populaço.

A tributaço de automóveis por meio do IPVA, um imposto estadual, varia no País. Cada estado tem competência para definir sua alíquota, que varia de 2% a 4% do valor de automóveis particulares e de passeio.

APOIO

De acordo com o secretário extraordinário do Ministério da Fazenda para a **reforma tributária**, Bernard Appy, o governo federal "tende a apoiar" as iniciativas do Congresso Nacional de taxar jatinhos e embarcaço de luxo por meio do IPVA.

"Permanece fora da alçada federal (a tributaço de aeronaves e embarcaço). Se a gente puder ajudar os estados e municípios a melhorar os **tributos** sobre patrimônio, a gente vai ajudar", declarou Bernard Appy.

A proposta diz, ainda, que as alíquotas do IPVA

poderão ser diferenciadas em função do tipo, valor, utilização, tempo de uso, eficiência energética e nível de emissão de gases e substâncias poluentes dos veículos, e propõe-se que lei complementar defina as alíquotas máximas e mínimas do imposto.

ENTENDA

Quatro alíquotas diferentes de IVA

Propostas

ALÉM DA TAXAÇO de aeronaves e embarcaço de luxo com o IPVA, o grupo de trabalho da **reforma tributária** está prevendo outras mudanças. Confira:

QUATRO TIPOS DE IVA - De acordo com os parlamentares, o Imposto Sobre Valor Agregado (IVA) terá quatro alíquotas diferentes. Uma mais alta, outra média, pequena e uma alíquota zerada. Os deputados destacam que em demais países da Europa o IVA também funcionou da mesma forma.

O IVA é um modelo de unificaço de **impostos**, que permite maior trans-

parência e facilidade de tributaço.

CRÉDITO PRESUMIDO - O crédito presumido será concedido pelo governo a empresas que mantiverem fábricas na Zona Franca de Manaus. Elas poderão descontar esse valor em cobranças de **impostos**.

IMPOSTO SELETIVO - Já o imposto seletivo seria cobrado para produtos eletrônicos ou veículos automotores que não forem fabricados na Zona Franca de Manaus. Além do IVA resultante da **reforma tributária**, esses produtos pagariam uma alíquota a mais.

FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DE MANAUS - Os deputados afirmam

ainda estará na PEC da tributária a criaço de um fundo para financiar o desenvolvimento de novas atividades econômicas na região.

FUNDO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - A proposta de **reforma tributária** deve apresentar o Fundo para compensaço de perdas de arrecadaço de estados e municípios durante a transiço entre sistemas de **impostos**.

CASHBACK - Deve haver um modelo de devolução de **impostos** incidentes no consumo de famílias de baixa renda. O formato não foi detalhado.

Apresentado o relatório da reforma tributária (Artigo)

REGINALDO LOPES

Hoje o Grupo de Trabalho sobre o Sistema Tributário Nacional apresenta o seu relatório. Sempre aberto e incentivador do debate democrático, o texto da nossa comissão entregue à Câmara dos Deputados e à sociedade apresentará diretrizes dos consensos e os pontos em que ainda construiremos as convergências.

Não se trata de um projeto substitutivo, que será concluído apenas perto da votação em plenário, antecedendo o recesso parlamentar. Até lá, serão realizadas reuniões com as bancadas para concretizar os apoios em torno dos acordos pactuados.

A leitura do relatório simboliza a conclusão de um processo de debates desde a criação do GT, lançado em 15 de fevereiro. Exerci o papel de coordenador, trabalhando ao lado do relator Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) e mais 12 colegas.

A **reforma tributária** talvez seja a mais debatida pelo Congresso Nacional nas últimas décadas. Sempre apontada como prioritária, nunca foi concluída. Nosso GT deu continuidade e trabalhou com textos expressos na PEC 110/2019, do Senado, e a PEC 45/2019, da Câmara dos Deputados, construídos na legislatura anterior. Mas aproveitou também as muitas iniciativas que já foram apresentadas versando sobre o tema, no Congresso e na sociedade.

Nos mais de cem dias de trabalho, o GT realizou dezenas de audiências públicas, com os mais diversos setores e pelas quais passaram como debatedores representantes de mais de 200 entidades, buscando a maior representatividade da nossa sociedade. Além dos debates no Congresso, foram realizadas audiências e reuniões em todas as regiões do país, das quais participaram governadores, prefeitos, vereadores, representantes do Judiciário, lideranças sociais e do Fisco em todas as suas instâncias.

Agradeço a confiança em mim depositada pelo presidente da Câmara, deputado Arthur Lira (PP-PB), que me delegou a responsabilidade de coordenar o GT. Concluo essa etapa do trabalho com a mais profunda convicção de que a **reforma tributária** será uma revolução democrática que vai ajudar na construção da justiça social de que o país tanto precisa. Uma mudança que está acima do debate

entre governo e oposição, pois vai reestruturar o Estado brasileiro.

Ao tratar da tributação do consumo, o objetivo principal sempre foi a unificação dos **impostos**, para seguirmos o modelo usado em quase todo o mundo. Depois de muitos debates, caminhamos para a implementação de um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual sobre bens e serviços, que será dividido entre uma tributação federal e uma tributação estadual/municipal, além de uma alíquota de equilíbrio, para que não haja impacto nos preços onde a cadeia produtiva é curta, como saúde, educação, transporte público e outros setores.

O grande legado deixado pelo nosso Grupo de Trabalho é comprovar que a reforma vai fazer o Brasil crescer e melhorar a vida dos que mais precisam. Teremos uma forma mais justa e eficaz de arrecadação, com um sistema simples, transparente, justo e moderno. E também introduzir instrumentos de justiça tributária, com a possibilidade de criação do cashback, uma devolução dos **impostos** pagos no consumo pelos mais pobres. Ao concluir os trabalhos, podemos afirmar que, com a reforma, o Brasil cresce, e todos ganham.

REGINALDO LOPES. Deputado federal (PT-MG)
dep.reginaldolopes@camara.gov.br

Site: <https://meu-perfil.otempo.com.br/jornal-digital>

Reforma tributária: relator deve apresentar texto hoje. Veja o que deve entrar na proposta

Por *Victoria Abel - Brasília*

Os deputados do grupo de trabalho da **reforma tributária** vão apresentar um relatório preliminar hoje, com as principais diretrizes da Proposta de Emenda à Constituição (PEC). O ponto central do texto será a criação do Imposto Sobre Valor Agregado (IVA) dual, dois **impostos** diferentes para centralizar os cinco **tributos** sobre consumo que existem hoje.

Estas duas novas taxas devem contemplar até quatro alíquotas. A proposta foi debatida ontem entre os deputados e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

O IVA federal vai reunir IPI, PIS e Cofins e o IVA subnacional irá juntar ICMS e ISS em um mesmo imposto. Os dois **tributos** serão cobrados no destino de cada produto comercializado no país. Ou seja, na venda para o consumidor.

Apesar dos destaques da proposta serem divulgados nesta terça-feira, o substitutivo que de fato irá para votação no plenário da Casa deve ser apresentado dentro de 15 dias, de acordo com o coordenador do GT da tributária, deputado Reginaldo Lopes (PT-MG).

Ao longo dos próximos dias, líderes parlamentares, empresários e o governo federal vão acertar os pontos finais para a PEC. Entre as sugestões dos deputados para o relatório estão: adoção de até quatro tipos de alíquota de IVA, cashback para baixa renda, Fundo de Desenvolvimento Regional, IPVA para iates e manutenção da Zona Franca de Manaus .

De acordo com os parlamentares, o Imposto Sobre Valor Agregado (IVA) terá de três a quatro alíquotas diferentes. Uma padrão, que terá o valor mais alto, uma ou duas alíquotas de equilíbrio, que pode ter com valores intermediários e uma alíquota zerada.

Cada uma delas poderá ser aplicada em diferentes setores. Os deputados destacam que em demais países da Europa o IVA também funcionou da mesma forma.

A proposta de **reforma tributária** também deve

apresentar um fundo para compensação de perdas de arrecadação de estados e municípios durante a transição entre sistemas de **impostos**. O deputado Reginaldo Lopes (PT-MG) disse, após reunião com Haddad, que o governo concordou em capitalizar Fundo de Desenvolvimento Regional.

- Pela primeira vez, o governo federal topa criar o fundo. No governo passado, a reforma não avançou porque esbarrou nesse fundo. O governo tem disponibilidade, quer capitalizar o fundo, inicialmente com um valor crescente, mas topa - disse Reginaldo Lopes (PT-MG).

Questionado por jornalistas, porém, o ministro da Fazenda se limitou a dizer que a reforma "vai avançar".

O relatório do **reforma tributária** também deve trazer um modelo de devolução de **impostos** incidentes no consumo de famílias de baixa renda. O formato ainda não foi detalhado.

O grupo da tributária ainda deve incluir nas diretrizes um novo tributo sobre embarcações de luxo, uma espécie de IPVA para iates.

Deputados chegaram a um acordo para manutenção do regime diferenciado de tributação na região. Um sistema de crédito presumido e imposto seletivo vai manter os benefícios fiscais para empresas que atuam na capital amazonense até 2073, em substituição ao Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), que chegará ao fim.

O deputado Saullo Vianna (União-AM), integrante do grupo, disse ao GLOBO que a garantia de sobrevivência da Zona Franca de Manaus estará destacada na PEC. As principais diretrizes serão apresentadas ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, nesta segunda, e aos demais parlamentares nesta terça-feira.

- Está definido que será mantida a Zona Franca, com regime diferenciado, através de um crédito presumido e imposto seletivo - afirmou Vianna.

O crédito presumido será concedido pelo governo a empresas que mantiverem fábricas na Zona Franca de Manaus. Elas poderão descontar esse valor em cobranças de **impostos**.

Já o imposto seletivo seria cobrado para produtos eletrônicos ou veículos automotores que não forem fabricados na Zona Franca de Manaus. Além do IVA resultante da **reforma tributária**, esses produtos pagariam uma alíquota a mais.

Os deputados afirmam ainda estará na PEC da tributária a criação de um fundo para financiar o desenvolvimento de novas atividades econômicas na região.

O imposto seletivo será uma modalidade de tributo que vai recair sobre produtos como cigarros e bebidas alcoólicas, que são maléficos a saúde e possuem a chamada 'externalidade negativa'. Além do IVA resultante da **reforma tributária**, esses produtos pagariam uma alíquota a mais.

O recurso adicional arrecadado com ele poderá ajudar a financiar o fundo de compensação para estados e municípios.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/06/reforma-tributaria-relator-deve-apresentar-texto-hoje-veja-o-que-deve-entrar-na-proposta.ghtml>

FCDF desacelera Arcabouço

Taísa Medeiros Raphael Felice

Com a semana mais curta por conta do feriado de Corpus Christi, na quinta-feira, o Arcabouço Fiscal começará a ser analisado no Senado a partir do próximo dia 13.

Mas, apesar de ter sido aprovado com folga na Câmara - 372 votos a 108, no último dia 23 - e de ser um consenso entre a maioria dos senadores, o impasse em torno do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) pode tornar a tramitação da matéria mais lenta do que calcula o governo.

Hoje à tarde, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) receberá a bancada do DF no Congresso, além de ex-governadores, para uma reunião em função de o fundo ter sido colocado dentro do limite do Arcabouço.

O encontro foi articulado pela senadora Leila Barros (PDT-DF), mas é uma pauta também dos senadores Izalci Lucas (PSDB-DF) e Damares Alves (Republicanos-DF), que assumiram a missão de retirar o fundo do Arcabouço.

Inclusive, há uma emenda protocolada por Damares pela retirada, que ainda fez outra sugestão no texto para abrir a possibilidade de angariar maiores repasses a empresas públicas ligadas à área de segurança pública.

Da mesma forma, a líder do PP e da bancada do agro no Senado, Tereza Cristina (MS), prepara, pelo menos, duas emendas para votação do novo marco fiscal - uma delas é justamente para excluir o FCDF do texto.

"É preciso que se entenda que o Fundo do Distrito Federal é para custeio e não pode ser comparado aos fundos para investimento.

Não dá para mexer com o fundo do DF", disse Tereza à colunista do Correio, Denise Rothenburg.

Segundo representantes do DF no Congresso, com o FCDF dentro dos limites **impostos** pelo novo marco fiscal, Brasília correria **risco** de perder receitas imprescindíveis para manter as forças de segurança, além de prejudicar outros serviços públicos, como saúde e educação, que também recebem contribuição do mecanismo de distribuição de recursos.

No Senado, o texto ainda passará por análise na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) antes de ir ao Plenário.

Caso alterações sejam feitas no texto visando a retirada do FCDF, deverão ser articuladas com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e o relator da matéria, Cláudio Cajado (PP -BA), como frisou o relator no Senado, Omar Aziz (PSD-BA).

Isso porque, caso os senadores promovam mudanças, o texto terá de voltar à Câmara.

Outra possibilidade para o fundo é que o Senado aprove o texto sem alterações para que vá direto à sanção presidencial. Desta forma, caberia ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionar o Arcabouço com vetos nos trechos que tratam do FCDF. Com isso, as regras vigentes permaneceriam valendo, mesmo com o marco fiscal aprovado.

Emendas

Até o momento, o projeto já recebeu 18 emendas. Além disso, dois requerimentos de audiências públicas já foram protocolados.

A expectativa é que o texto seja votado até o dia 21, e consiga o apoio de pelo menos 60 dos 81 senadores.

"Ninguém é contra o arcabouço.

Há quem tenha divergências, se é o teto ou não. Mas isso é histórico", inimizou Aziz. O relator afirmou que pretende fazer algumas modificações no texto, sinalizando que há pontos que serão apertados e outros "afrouxados", mas não detalhou quais.

Apesar do trâmite diferenciado, Pacheco assegurou que, após a votação nas comissões, a matéria será imediatamente votada no Plenário. "Assim que chegar, vamos tratar como prioridade.

O importante é que neste semestre possamos entregar o novo regime fiscal para o Brasil, que será muito bem recebido pela sociedade e pelo mercado", assegurou.

Outro que deverá ficar de fora do Arcabouço é o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). Mas, ao contrário do FCDF, a medida pode enfrentar a resistência da Câmara dos Deputados.

Leia mais na página 13

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/06/06/all.pdf>

PEC da Desfaçatez (Editorial)

Não foi por acaso que a proposta de emenda à Constituição número 9/2023 ganhou, mesmo entre seus defensores, o apelido de PEC da Anistia. Com essa iniciativa, os parlamentares querem assegurar que permaneçam impunes irregularidades cometidas pelos partidos políticos no uso de dinheiro público nos últimos ciclos eleitorais.

Reconheça-se a qualidade da alcunha; talvez fosse melhor, contudo, chamar a proposta de PEC da Desfaçatez. Pois é disso que se trata: deputados e senadores não se pejam de modificar o texto constitucional com o único objetivo de se protegerem das punições que, tudo indica, eram líquidas e certas.

Em defesa do Congresso, diga-se que coerência não lhe falta. Essa não será a primeira vez que, num gesto de onipotência, ele não só pede perdão a si próprio como também o concede, garantindo que infrações às regras do jogo mereçam nada além de um profundo oblévio.

Mais que a repetição de um padrão imoral sob qualquer ponto de vista, o que chama a atenção são as cifras recordes envolvidas. Conforme mostrou reportagem da Folha, os partidos políticos, em conjunto, deram um calote de R\$ 900 milhões em candidaturas de mulheres e de pessoas negras.

Pelas normas em vigor nas eleições de 2022, as agremiações estavam obrigadas a repassar recursos para mulheres e pessoas negras de forma proporcional à quantidade de candidaturas. Ocorre que, da direita à esquerda, do governo de turno à oposição, quase nenhuma legenda cumpriu esse ditame.

Que os políticos gostem ou não desse tipo de ação afirmativa é irrelevante. A eles compete produzir leis, não descumpri-las.

O caso das cotas nem é a única infração cometida quase à unanimidade. Há ainda a malversação do dinheiro público detectada pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Ao julgar com atraso as contas dos partidos relativas a 2017, a corte determinou a devolução aos cofres públicos de ao menos R\$ 40 milhões, a título de ressarcimento e multa -valor que ainda precisa ser corrigido pela inflação.

Entre as situações mais graves está a do Pros, partido

do qual quase ninguém se lembra e que foi incorporado ao Solidariedade neste ano. Pois essa agremiação nanica julgou oportuno queimar o dinheiro do contribuinte em itens como 3.700 quilos de carne, além da construção de uma piscina e da reforma da casa de Eurípedes Jr., que vem a ser ex-presidente do Pros.

A PEC da Anistia ainda está em tramitação no Congresso, o que significa que deputados e senadores ainda podem se corrigir. Caso não o façam, estarão dizendo para toda a sociedade que não têm escrúpulo de amesquinhar o valor da Casa a que pertencem.

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50299>

Bolsa sobe apoiada pelo petróleo; dólar recua para R\$ 4,93

Marcelo Azevedo

são paulo A Bolsa brasileira teve leve alta e garantiu o terceiro pregão consecutivo de ganhos nesta segunda (5) .apoiada por ações da Petrobras, em meio a alta do petróleo no exterior, e do setor bancário.

O dólar perdeu força após dados fracos da economia americana e com boas projeções para o crescimento do **PIB** e de queda da **inflação** no Brasil, que apoiaram o real.

Com isso, o Ibovespa subiu 0,12% a 112.696 pontos, e o dólar recuou 0,50% a R\$ 4,929.

No domingo (4), a Arábia Saudita anunciou que vai cortar sua produção de petróleo em 1 milhão de barris por dia a partir de julho, como parte de um acordo com a Opep+ para tentar conter a queda do preço do produto.

Após o anúncio, o preço petróleo Bient subiu e fechou em alta de 0,32% nesta segunda, cotado a US\$ 76,37.

A alta do petróleo no exterior favoreceu a Petrobras, que ajudou o Ibovespa a fechar no positivo. As ações ordinárias da companhia subiram 0,55%, enquanto as preferenciais registraram ganho 1,28%.

Apoiaram o Ibovespa, ainda, ações do Bradesco, do Banco do Brasil e do Itaú, que ficaram entre as mais negociadas da sessão com altas de 1,62%, 0,62% e 0,18%. Nesta segunda, o Credit Suisse revisou suas recomendações no setor bancário, movimentando os papéis.

A maior alta do dia foi da CVC, que subiu 10,83% após ter anunciado seu novo presidente-executivo e um acordo com o fundador para potencial aporte de R\$ 75 milhões na empresa.

As ações da Vale, porém, pressionaram a Bolsa durante toda a sessão, e a mineradora fechou o dia com queda de 0,80% mesmo com alta dos contratos de minério de ferro no exterior, num movimento visto como uma correção de ganhos dos últimos dias.

Apesar do avanço tímido, a Bolsa brasileira segue sendo beneficiada pela melhora das projeções para o **PIB**, a **inflação** e os juros do país.

Na manhã desta segunda, o boletim Focus, do Banco Central (BC), mostrou um aumento na expectativa de crescimento da economia brasileira neste ano, com a estimativa para alta do **PIB** subindo de 1,26% para 1,68%.

O mercado prevê, ainda, que a Selic (taxa básica de juros) será reduzida em 0,50 ponto percentual em setembro, ante 0,25 ponto estimado antes, aumentando as apostas de um corte mais agressivo nos juros neste ano.

O presidente do BC, Roberto Campos Neto, disse nesta segunda que a **inflação** está melhorando, mas ponderou que o processo ainda está lento, principalmente no caso dos núcleos, que mede os preços menos voláteis.

Já o diretor de Relacionamento, Cidadania e Supervisão de Conduta do BC, Maurício Moura, que também é um dos membros do Copom, reforçou as previsões de queda de juros ao dizer que a **inflação** do Brasil já está controlada e que a Selic vai voltar a cair.

Comisso, os mercados de juros futuros, especialmente os de prazos mais longos, voltaram a registrar queda. Os contratos com vencimento em janeiro de 2024 foram de 13,20% para 13,17%, enquanto os para 2025 saíram de 11,47% Para 11,32%. Nos para 2026, as taxas foram de 10,79% para 10,62%.

Os dados econômicos fortalecem o real ante o dólar, que vem registrando quedas sucessivas nos últimos pregões, principalmente em razão da atração de recursos para o país.

"Houve um fluxo importante de investimento estrangeiro no Brasil, e as declarações de Campos Neto e de Moura de que a **inflação** está melhorando dão uma sensação de tranquilidade, o que pode impulsionar ainda mais esse movimento", diz Mariane Vas, economista da fintech Gorila.

As projeções econômicas apoiam a Bolsa justamente por atraírem investimentos em empresas do país. Já a queda dos juros beneficia principalmente os papéis de companhias mais ligadas à economia doméstica, como os setores de consumo e de construção.

O diferencial de juros do Brasil sobre os EUA, aliás, é um dos fatores que fortaleceram o real nesta segunda, diz o economista Rafael Pacheco, da Guide Investimentos.

Isso porque a principal aposta do mercado nesta semana é que o Fed deve manter os juros dos EUA inalterados em sua próxima reunião, marcada para 14 de junho, enquanto o corte da Selic no Brasil está previsto apenas para setembro. Nesse intervalo, a moeda brasileira ganharia força sobre o dólar, já que a renda fixa americana se tornaria menos atrativa.

Com Reuters

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50299&anchor=6478437&maxTouch=0&_ga=2.232422105.715544841.1685934512-1980247189.1672582619&_mather=757bf67604fe4aa8&pd=ce36d7f9abdd92b499ea7f461de03d6d

Mercado passa a ver corte maior dos juros em setembro

SÃO PAULO | Reuters Analistas consultados pelo Banco Central elevaram a perspectiva de crescimento da economia brasileira neste ano após a divulgação na quinta (1º) de um **PIB** (Produto Interno Bruto) maior do que o esperado no primeiro trimestre. Com isso, o mercado também passou a ver um primeiro corte na taxa básica de juros (Selic) mais acentuado em setembro.

De acordo com a pesquisa Focus divulgada pelo BC nesta segunda-feira (5), a estimativa de crescimento do **PIB** (Produto Interno Bruto) em 2023 subiu de 1,26% para 1,68%.

A melhora se dá depois que o IBGE divulgou na semana passada que a economia cresceu 1,9% de janeiro a março em comparação com os três meses anteriores, graças ao impulso do setor agrícola.

No entanto, para 2024, o mercado reduziu a projeção de crescimento em 0,02 ponto percentual, para 1,28%.

A pesquisa semanal com uma centena de economistas mostrou ainda que segue a perspectiva de que a taxa básica de juros será mantida no atual patamar de 13,75% na reunião deste mês do Copom (Comitê de Política Monetária), que acontece em 20 e 21 de junho, e também na de agosto.

Também não houve alterações no cenário para o final deste ano e do próximo, com a Selic projetada, respectivamente, em 12,5% e 10%.

Os investidores seguem vendo que o primeiro corte de juros será realizado em setembro, mas passaram a ver um movimento mais forte. Agora, a estimativa é que a Selic será reduzida em 0,50 ponto percentual nessa reunião, ante 0,25 ponto estimado antes.

Esse movimento seria seguido por mais um corte de 0,25 ponto e outro de 0,50 ponto, respectivamente, nas duas últimas reuniões do ano. Antes, os especialistas consultados viam dois cortes de 0,50 ponto em novembro e dezembro.

O levantamento, que capta a percepção do mercado para indicadores econômicos, apontou ainda que as expectativas para a alta do IPCA seguem em tendência de banca.

Os especialistas consultados veem agora uma **inflação** de 5,69% neste ano, ante 5,71% no levantamento anterior. Para 2024 a conta foi ajustada para baixo em 0,01 ponto, a 4,12%.

Para os dois anos seguintes, a pesquisa segue sem alterações, com a alta do IPCA calculada em 4,0%.

O centro da meta oficial para a **inflação** em 2023 é de 3,25%, e, para 2024 e 2025, é de 3,00%, sempre com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou menos.

Taxa vai voltar a cair em algum momento, afirma diretor do BC Lucas Marchesini

BRASÍLIA A **inflação** está controlada e a taxa básica de juros (Selic) vai voltar a cair em algum momento, disse o diretor de Relacionamento, Cidadania e Supervisão de Conduta do Banco Central, Maurício Moura, em estreia de uma live semanal promovida pela instituição cujo objetivo é aproximar o cidadão dos temas de atuação da autarquia.

"A taxa de juros vai voltar a cair em algum momento. A tendência é que em algum momento ela vai baixar, assim que as condições permitirem, ela vai cair", afirmou.

Moura é um dos nove membros do Copom (Comitê de Política Monetária) do BC, que define a cada 45 dias a Selic.

O colegiado leva em conta três fatores ao definir os juros, disse Moura. A primeira é a **inflação** corrente, que, segundo ele, está sob controle.

A segunda é a expectativa de **inflação** futura. "Todo o mundo prevê que a **inflação** vai subir um pouquinho até o fim do ano e voltar a cair em 2024." O terceiro fator é o balanço de riscos, no qual o BC elenca os fatores que podem contribuir ou atrapalhar o órgão a cumprir a meta de **inflação**.

A expectativa da equipe econômica do governo, já vocalizada pelos ministros da Fazenda, Fernando Haddad (PT), e do Planejamento, Simone Tebet (MDB), é que esse movimento se inicie no começo do segundo semestre.

A taxa de juros, mantida em 13.75% desde o início do ano, é alvo de ataques do presidente Lula (PT). Para o presidente, a taxa atual prejudica a economia.

Moura rebateu esse tipo de análise ao dizer que a taxa atual não vai asfixiar a economia. "Ninguém gosta de juros altos, o BC também não gosta. A gente não faz porque gosta, faz porque é condição necessária para cumprir a meta", ponderou. "**Inflação** [alta] e muito pior, desarruma a casa, aumenta a pobreza." A transmissão desta segunda, chamada Live BC, foi a primeira de uma série regular que a autoridade monetária vai promover toda segunda, às 14h, no seu canal no YouTube.

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50299&anchor=6478437&maxTouch=0&_ga=2.232422105.715544841.1685934512-1980247189.1672582619&_mather=757bf67604fe4aa8&pd=ce36d7f9abdd92b499ea7f461de03d6d

Educação também é gasto. (Editorial)

Após sua aprovação pela Câmara dos Deputados, a proposta que cria um novo arcabouço fiscal chegou ao Senado, onde a expectativa é que seja apreciada ainda no primeiro semestre.

Embora o Senado seja menos hostil ao governo, senadores têm defendido mudanças para excluir algumas rubricas do alcance do dispositivo, como as despesas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). Essas alterações, ao contrário do que acreditam alguns senadores, não trarão benefícios nem à educação nem à política fiscal e, portanto, não podem prosperar.

Por trás desse tipo de proposta estão embutidos vários erros conceituais sobre a política fiscal, mas também um julgamento moral descabido sobre o mérito do gasto público. É como se houvesse recursos limitados para algumas áreas e infinitos para outras, um pensamento simplista que não tem contribuído para melhorar a qualidade do ensino no País.

Sob o ponto de vista orçamentário, é fato que a educação sempre foi tratada com prioridade. Diferentemente da maioria das áreas, a educação conta com um piso de gastos definido no texto constitucional. Desde 1988, a União não pode aplicar menos de 18% de suas receitas com **impostos** no ensino, enquanto Estados e municípios têm um limite mínimo de 25%.

Em 2016, durante a discussão do teto de gastos, os parlamentares blindaram a educação do limite imposto às demais áreas e garantiram que suas despesas fossem corrigidas pela variação da **inflação**.

Gastos adicionais também seriam possíveis, desde que fossem compensados com cortes no Orçamento de outras áreas.

Em plena pandemia de covid-19, à revelia do que desejava o governo de Jair Bolsonaro, o Congresso promulgou uma emenda constitucional que tornou o Fundeb permanente e aumentou consideravelmente a participação da União no custeio do fundo, garantindo o piso salarial dos professores e um valor mínimo por aluno matriculado no ensino público.

Seria, portanto, conveniente atribuir as inúmeras falhas da educação brasileira a uma questão de recursos, mas seria também um equívoco, como bem salientou a secretária executiva do Ministério da

Educação, Izolda Cela, no recente evento Reconstrução da Educação, realizado pelo Estadão.

Izolda Cela salientou que a área não carece de mais recursos financeiros, mas de planejamento e de efetiva implementação de boas políticas públicas. Sobre o ensino integral, por exemplo, a secretária executiva afirmou que o período que os alunos passam na escola precisa vir acompanhado de mais qualidade.

"Não é só um "mais tempo" de qualquer jeito", disse.

A secretária executiva está coberta de razão. Nos últimos anos, não foram poucas as ocasiões em que recursos da educação, ainda que reservados, ficaram "empoçados" sem serem executados ou remanejados para outras finalidades dentro da própria pasta. E, ao menos até agora, o governo Lula não contingenciou gastos da educação. Dizer isso não é o mesmo que afirmar que o ensino público não precise de dinheiro, mas avançar na direção da melhoria do gasto, um debate que o País se recusa a enfrentar há décadas.

No caso do debate sobre o arcabouço fiscal, o que parece é que a educação tem sido usada como desculpa para abrir a fila de exceções a serem contabilizadas na apuração da meta fiscal. Junto com a educação, senadores querem excluir do alcance da norma, também, o Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF), que custeia as forças de segurança da capital federal.

Como já afirmamos neste espaço, incluir o Fundeb nos limites do arcabouço fiscal não é falta de sensibilidade com uma área ou outra, mas o simples atendimento de princípios fiscais básicos, como a obrigatoriedade de que toda a receita e toda a despesa primária sejam computadas na apuração da meta (ver editorial Meritório ou não, gasto é gasto, de 23/5/2023).

Vale para a educação, mas vale também para a saúde e para todas as outras áreas. O País precisa aprender a fazer escolhas e a arcar com o peso da responsabilidade por cada uma delas. A educação, afinal, não pode servir de bode expiatório para o fracasso da política fiscal.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Tecnologia e a inescapável agenda de qualificação das pessoas (Artigo)

Luiz Schymura

Durante a segunda metade do século XX e o início do XXI, o crescimento econômico representava a "cura para todos os males". O nível de prosperidade de um país era facilmente detectável através da qualidade e da quantidade das oportunidades de trabalho. Ao longo dos últimos anos, no entanto, essa lógica mudou. Aparentemente, os avanços tecnológicos mais recentes têm dado mostras de uma onda de destruição de ocupações laborais e de precarização das relações de trabalho.

Em meio à transformação do processo produtivo, aterrissou no planeta a covid-19. Por causa disso, a quase totalidade dos países passou a adotar medidas para mitigar os danos causados pela pandemia. No Brasil, não foi diferente. Dentre o rol de ações postas em prática foi colocado em ação o Auxílio Brasil. Vencida a fase crítica da crise sanitária, a transferência de renda para os mais vulneráveis continuou sendo turbinada, com o novo Bolsa Família, no início do corrente ano, pelo governo Lula.

Como se sabe, antes da pandemia, vigorava o antigo Bolsa Família, com o qual o governo gastava cerca de 0,5% do **PIB**. Finda a pandemia, o novo Bolsa Família surge com o valor dos benefícios majorados e passa a custar algo como 1,5% do **PIB**. É difícil saber ao certo as motivações da economia política para desenhar um Bolsa Família encorpado no período pós-covid. Uma possibilidade é que seja fruto da perda de competitividade dos mais vulneráveis no mercado de trabalho. Em outra frente, poderia ser uma resposta à crescente precarização do trabalho nos novos tempos. Seja como for, não resta dúvida que o Bolsa Família remodelado traz significativos ganhos para os mais vulneráveis, melhorando, dessa forma, os indicadores de pobreza do país, o que por si só já é uma grande notícia. No entanto, apesar de já termos conhecimento dos custos financeiros e imaginarmos o efeito positivo sobre a redução da pobreza, há ainda muita dúvida quanto ao impacto do programa no mercado de trabalho.

Quanto ao mercado de trabalho brasileiro, vejamos algumas evidências. A taxa de participação, que sofreu forte queda na pandemia e vinha se recuperando gradativamente, voltou a cair após o terceiro trimestre de 2022. A taxa de participação é a

força de trabalho (ocupados mais desocupados) como proporção da população em idade de trabalhar (PIA), que no Brasil inclui aqueles com 14 anos ou mais. Assim, a redução da taxa de participação representa menor contingente de pessoas trabalhando ou buscando ocupação. A taxa de participação ficou em 63,4% no trimestre de dezembro de 2019 a fevereiro de 2020, logo antes da pandemia.

Em maio-julho de 2020, atingiu o recorde negativo de 56,7% e, a partir daí, começou a se recuperar. Porém, após um pico de 62,7% em julho-setembro de 2022, o indicador voltou a cair, recuando para 61,4% na aferição de fevereiro-abril de 2023.

É possível constatar que, em agosto de 2022, o Auxílio Brasil teve o valor-base elevado de R\$ 400 para R\$ 600. Desde então, o valor mínimo transferido para os beneficiários do programa e o seu substituto, o novo Bolsa Família, não mudou. Na realidade, foram até incorporadas novas possibilidades de inflar o valor do benefício.

A análise dos dados acima indica ser possível que a queda recente na taxa de participação, de um pico de 62,7% em julho-setembro de 2022 para os atuais 61,4%, esteja associada ao aumento do valor do benefício social, que ocorreu em agosto de 2022. Afinal, a queda na taxa diz respeito a um expressivo contingente de 2,4 milhões que deixaram de se empregar ou procurar emprego nesses últimos sete meses. Embora seja um exercício válido, que traz importante indício de que o desinteresse na busca por trabalho é devido ao Bolsa Família vitaminado, a análise acima ainda carece de fundamentação mais sólida, conforme aponta meu colega Fernando Barbosa Filho. É necessário mais informação para fazer uma avaliação mais acurada.

Apesar de os indícios até aqui não serem muito animadores quanto ao impacto do Bolsa Família vigente sobre o dinamismo do mercado de trabalho, a intenção de turbinar o valor dos benefícios foi válida. No entanto, o programa não pode ser encarado como a solução única e definitiva de política pública para a população de mais baixa renda. Na verdade, o papel a ser desempenhado pelo Bolsa Família deve ser o de um seguro no caso em que o cidadão perca sua fonte de renda. Mas, evidentemente, para cumprir esse objetivo, ele tem de estar inserido em um projeto muito

mais amplo e ambicioso de políticas públicas.

Naturalmente, tudo começa pela educação. A educação financeira, por exemplo, pode ser muito útil para fazer deslanchar o pequeno empreendedorismo. Um programa educacional para atender as necessidades das empresas, levando em conta as aptidões dos alunos, por sua vez, pode estreitar a relação entre capital e trabalho. De fato, já há a experiência com o Pronatec, que, diga-se de passagem, não deu muito certo, mas propiciou a criação do Supertec, que coloca a empresa mais próxima do programa e vinha apresentando boas perspectivas.

Enfim, embora haja percepção generalizada da tendência de que o processo de destruição de empregos e da precarização do trabalho é irreversível, ainda há muito a ser tentado antes de partirmos para a solução de "jogara toalha" e adotar a saída simplista dos programas de transferência de renda como única remédio possível. Como bem coloca meu colega Fernando Veloso: "Ainda é muito cedo para desistirmos, já que muitas poucas ações foram feitas no sentido de aumentar a qualificação da mão de obra brasileira".

Luiz Schymura é pesquisador do FGV Ibre e escreve mensalmente E-mail luiz.schymura@fgv.br

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50299&maxTouch=0&anchor=6478437&pd=ce36d7f9abd92b499ea7f461de03d6d>